



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO**

FERNANDA REMÍGIO DE AMORIM

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA PRAÇA DOIS DE JULHO NA DINÂMICA DO
SEU ENTORNO, SALVADOR - BA**

**SALVADOR
2025**

FERNANDA REMÍGIO DE AMORIM

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA PRAÇA DOIS DE JULHO NA DINÂMICA DO
SEU ENTORNO, SALVADOR - BA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. João Soares Pena

**SALVADOR
2025**

FERNANDA REMÍGIO DE AMORIM


**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA PRAÇA DOIS DE JULHO NA DINÂMICA DO
SEU ENTORNO, SALVADOR - BA**

Monografia apresentada ao curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Urbanismo.


Local: Salvador - BA

Data: 16 de dezembro de 2025


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JOAO SOARES PENA
Data: 07/01/2026 00:00:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. João Soares Pena (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 THAIS DE MIRANDA REBOUCAS
Data: 06/01/2026 17:21:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Thaís de Miranda Rebouças (Membro Interno)
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 ROSE LAILA DE JESUS BOUCAS
Data: 06/01/2026 23:06:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Rose Laila de Jesus Bouças (Membro Externo)
Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso pretende-se analisar a importância da Praça Dois de Julho, localizada no bairro do Centro em Salvador-BA, na dinâmica do seu entorno. Apesar de ser emblemática na Bahia, a Praça Dois de Julho é um espaço público que enfrenta desafios referentes à sua manutenção, que poderia tornar a experiência de seus usuários efetivamente melhor. Para isso, foi pensada uma análise multifacetada, através de seus aspectos histórico-culturais, de localização e físicos. Espera-se que os resultados apontem a indispensabilidade da Praça Dois de Julho, sendo esta um dos poucos espaços públicos livres e gratuitos disponíveis na área.

Palavras-chave: Praça Dois de Julho, Espaços públicos, Entorno, Demandas urbanas contemporâneas.

ABSTRACT

This final course project aims to analyze the importance of Praça Dois de Julho, located in the Centro neighborhood of Salvador, Bahia, within the dynamics of its surrounding area. Despite being emblematic in Bahia, Praça Dois de Julho is a public space facing maintenance challenges that could significantly improve the user experience. To this end, a multifaceted analysis was undertaken, considering its historical-cultural, locational, and physical aspects. It is expected that the results will highlight the indispensability of Praça Dois de Julho, as it is one of the few free and accessible public spaces available in the area.

Keywords: Praça Dois de Julho, Public spaces, Surrounding area, Contemporary urban demands.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta baixa do Campo Grande (Salvador, Bahia) em 1840

Figura 2 - Planta baixa da Praça 2 de julho de 1909

Figura 3 - Cronologia dos eventos históricos na Praça Dois de Julho

Figura 4 - Placa com o nome “Campo Grande”

Figura 5 - Desenho do Carnaval próximo à Praça Dois de Julho

Figura 6 - Desenho da festa 2 de julho na Praça Dois de Julho

Figura 7 - Ilustração dos elementos naturais da praça

Figura 8 - Ilustração dos elementos de lazer

Figura 9 - Ilustração dos elementos artísticos

Figura 10 - Ilustração dos elementos essenciais

Figura 11 - Ilustração dos fluxos comuns na praça e entorno

Mapa 1 - Mapa de localização da Praça Dois de Julho em Salvador - BA

Mapa 2 - Mapa do entorno da Praça Dois de Julho em 2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas e Técnicas

A.C. - Antes de Cristo

CESOL - Centro Público de Economia Solidária da Bahia

CPTED - Crime Prevention Through Environmental Design

D.C. - Depois de Cristo

FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

SEMAN - Secretaria de Manutenção da Cidade

SEPLAM - Secretaria Municipal de Planejamento

SUS - Sistema Único de Saúde

TCA - Teatro Castro Alves

UFBA - Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 ESPAÇO PÚBLICO	12
2.2 PRAÇA	14
2.3 FIXOS E FLUXOS	16
2.4 DEMANDAS DE UMA PRAÇA	18
2.4.1 DEMANDA FUNCIONAL	18
2.4.2 DEMANDA AMBIENTAL	20
2.4.3 DEMANDA ESTÉTICA-SIMBÓLICA	20
3 HISTÓRIA DA PRAÇA DOIS DE JULHO	23
3.1 CONTEXTO ATUAL DO ENTORNO DA PRAÇA	29
3.2 RELEVÂNCIA NO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES	32
4 MEMÓRIA COLETIVA DA PRAÇA	34
5 COMEMORAÇÕES E EVENTOS CULTURAIS NA PRAÇA	37
6 PROJETO URBANÍSTICO DE 2002	40
6.1 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROJETO	40
6.1.1 DEMANDA FUNCIONAL DO PROJETO	41
6.1.2 DEMANDA AMBIENTAL DO PROJETO	42
6.1.3 DEMANDA ESTÉTICA-SIMBÓLICA DO PROJETO	42
6.1.4 DEMANDAS COMPLEMENTARES DO PROJETO	43
6.1.5 CONSTATAÇÃO	44
7. DEMANDAS DA PRAÇA	45
8. FLUXOS	51
9. CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE	66

1 Introdução

Os espaços públicos desempenham um papel fundamental no tecido urbano, constituindo uma parte integrante das cidades, influenciando diretamente na vida dos habitantes (Indovina, 2002). Entre eles, as praças se destacam por melhorar a qualidade de vida, pois são locais propícios a práticas de lazer, manifestações e sociabilidade (Loboda e Angelis, 2005).

A Praça Dois de Julho, localizada no bairro do Centro, em Salvador (ver Mapa 1), é um dos poucos espaços públicos livres do bairro que proporcionam melhor qualidade de vida ao seu entorno, visto a confluência de diversos usos: funcional, ambiental e estético-simbólico (Robba, 2004), todos respaldados por sua importância histórica, social e cultural.

Mapa 1 - Mapa de localização da Praça Dois de Julho em Salvador - BA.



Fonte: Da autora e Google Maps, 2025.

A história da Praça Dois de Julho começa no século XIX, quando a área natural original foi nivelada e urbanizada sob a denominação de Campo Grande de São Pedro (Hoje, 1995; Salvador, 1997). Posteriormente, o logradouro foi renomeado para Parque Duque de Caxias e, em 1985, passou a chamar-se Praça Dois de Julho, em homenagem à Independência da Bahia (Hoje, 1995; Salvador, 1997; A Tarde, 1998), nome mantido até a atualidade.

Com o tempo, a praça transformou-se com a instalação do Monumento ao Dois de Julho em 1895 (Peixoto Junior, 1998; A Tarde, 1994), passou por verticalização que incluiu a construção de edifícios como o Hotel Wish (Salvador, 1997), prédios residenciais e o Teatro Castro Alves (Salvador, 1997; A Tarde, 1991).

Apesar de sua importância histórica, a praça sofreu com a falta de conservação, especialmente nos anos 1990. Após vários projetos de revitalização, foi finalmente reformada em 2003 e recebeu manutenção em 2007 (Bahia, 2002; Bahia, 2003; Rocha, 2007).

Atualmente, a praça é um ponto de referência na memória coletiva de Salvador e palco de grandes comemorações e eventos culturais (Barbosa, 2025; Santana, 2020; Salvador, 1997). Além disso, transcende sua função urbana básica ao constituir-se como um marco histórico da Independência da Bahia (Salvador, 1995).

Entretanto, nota-se uma ausência de estudos contemporâneos sobre a Praça Dois de Julho e sua influência na dinâmica do entorno sob óticas teorias urbanísticas fundamentadas. Essa falta de conhecimento sobre este elemento tão importante na paisagem urbana justifica a presente pesquisa.

Esta pesquisa oferece embasamentos teóricos e práticos ao Urbanismo, além de evidenciar a necessidade de intervenções voltadas à manutenção da praça como um espaço público qualificado para a cidade e seus usuários.

O objetivo geral é analisar a importância da Praça Dois de Julho na dinâmica do seu entorno e sua indispensabilidade para seus usuários. Para isso, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar os fluxos da Praça Dois de Julho e de seu entorno para compreender a dinâmica entre eles.
2. Contextualizar e descrever a Praça Dois de Julho e os elementos fixos no entorno.

3. Identificar, descrever, categorizar e avaliar o estado de conservação dos elementos físicos da Praça Dois de Julho em função das demandas funcional, ambiental e estético-simbólica.
4. Comprovar a indispensabilidade da Praça Dois de Julho para seu entorno, com base no cumprimento das demandas de um espaço público, em sua localização estratégica e em seu valor histórico-cultural.

Assim, optou-se pelo estudo de caso para permitir uma análise aprofundada das dinâmicas locais (Tull e Hawkins, 1976 e Yin, 1989 *apud* Bressan, 2000). Foi realizado também um estudo descritivo para a observação, registro, categorização, análise e interpretação (Rodrigues, 2007) dos aspectos físicos sob a óticas funcional, ambiental e estético-simbólica.

Para fundamentar o objetivo geral, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de conceitos e autores relevantes (Rodrigues, 2007). Adicionalmente, a análise documental de jornais e notícias forneceu o arcabouço necessário à contextualização histórica da praça e de seu entorno (Moresi, 2003).

O mapeamento permitiu a descrição visual da praça e seu entorno, sob o conceito de fixos e fluxos de Santos (2002). Nessa perspectiva, a praça (fixo) estabelece dinâmica, através de elementos físicos, com os movimentos de informações, mercadorias e pessoas (fluxos), estruturando o espaço geográfico. A coleta de dados foi realizada com um celular, um diário de campo e uma ficha de avaliação.

O diário de campo registrou as observações *in loco*, enquanto a ficha desenvolvida com base em Robba (2004) (ver Apêndice A), permitiu a categorização objetiva conforme as demandas citadas. Já o celular foi utilizado para os registros fotográficos de objetos e panoramas, complementando a coleta de dados.

A análise do estado de conservação dos elementos físicos e da vegetação limitou-se à observação visual de desgastes, devido à ausência de instrumentos técnicos para uma avaliação aprofundada.

O compromisso ético fundamentou-se na Lei Geral de Proteção de Dados (nº 13.709/2018). Para a anonimização (Artigo 5º, III), aplicaram-se meios técnicos que impedem a identificação de indivíduos. A lei também dispensa o tratamento de dados, devido à finalidade acadêmica (Art. 4º) e à ausência de dados sensíveis (Arts. 11 e 12) (Brasil, 2018).

2. Revisão de literatura

2.1 Espaço Público

O conceito de espaço público não possui um consenso único, sendo diverso e complexo (Goodsell, 2003; Souza, 2018). Sua polissemia deriva de duas dimensões: a física (ordem prática e material) e a abstrata (apelo filosófico e político) (Gomes, 2010 *apud* Souza, 2018). Dessa forma, a definição conceitual necessita de uma análise que reconheça sua complexidade inerente.

A dimensão física do espaço público compreende tanto os fatores que determinam seu sucesso quanto a norma NBR 9050/2020 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Esta norma estabelece parâmetros de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos públicos (ABNT, 2020).

O “sucesso” de um espaço público é a consequência do planejamento voltado à movimentação de pessoas. Para isso, o local precisa ser agradável aos cidadãos e deve contemplar os seguintes elementos (Whyte, 1980):

- a) Visibilidade (espaço conhecido por todos);
- b) Acessibilidade (possibilidade de conexão às vias);
- c) Espaços sentáveis agradáveis (sendo recomendados 10% desses espaços, incluindo áreas de grama);
- d) Comida (vendas de alimentos);
- e) Elementos naturais, como sol, árvores, água (esta última, com função além da meramente decorativa), e vento;
- f) Elementos externos, como eventos espontâneos, apresentações musicais, vistas interessantes, objetos incomuns, entre outros (Whyte, 1980).

Quanto à dimensão abstrata, destaca-se o urbanista Francesco Indovina (2002), que descreve o espaço público como a própria cidade, representando a condição para a realização da vida urbana. O autor afirma que sua melhor interpretação reside no acesso ilimitado e gratuito, sem condicionamentos de uso e sob propriedade pública, ou seja, um espaço para todos (Indovina, 2002).

Com o propósito de descrição jurídica, Borja (2003) afirma que a administração pública age no espaço público por meio de uma regulação específica. Essa regulação tem como funções o domínio sobre o solo, garantindo a acessibilidade a todos, a criação de condições para a utilização e a instalação de atividades.

É possível citar como instrumento de regulação a Lei nº 9.069/2016, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) (Salvador, 2016). Sua finalidade é estabelecer fundamentos e diretrizes para o planejamento municipal, incluindo obrigações no espaço público. Em Salvador, o PDDU orienta especificamente a qualificação e a manutenção desses espaços.

De forma nacional, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) visa à construção de uma sociedade melhor, ao desenvolvimento nacional, à erradicação da pobreza, à promoção do bem-estar e à melhoria da desigualdade social. Para tanto, estabelece diretrizes que fundamentam a função social do espaço público (Brasil, 2001).

O urbanismo do século XIX formalizou a distinção jurídica entre espaço privado e espaço público, regulando os usos edificadores, públicos e privados com fim de garantir os espaços públicos e a diversidade de funções e de usos coletivos que ali poderiam acontecer. (Borja, 2003, p.132)

Borja (2003) ainda destaca que há uma confusão conceitual entre espaço público e espaços verdes:

O espaço público é um conceito próprio do urbanismo que às vezes se confunde (erroneamente) com espaços verdes, equipamentos do sistema viário, mas isso também é utilizado da filosofia política como lugar de representação e de expressão coletiva da sociedade. (Borja, 2003, p.22)

No entanto, observa-se uma discordância entre Borja e outros autores. Di Fidio (1985 *apud* Loboda e Angelis, 2005) analisa a praça (um elemento inerente ao espaço público) como um espaço que se enquadra na classificação dos espaços verdes. Llardent (*apud* Angelis e Angelis Neto, 2000) também defende essa classificação, argumentando que as praças se incluem nos espaços verdes da cidade por possuírem vegetação, como árvores.

Ao analisar o conceito de espaço público, é preciso novamente citar Indovina (2002), o qual afirma que este é muito mais do que apenas estradas, praças e largos. Tal

conceito contempla também áreas como parques e jardins, espaços que desempenham funções específicas na cidade.

Segundo Indovina (2002), o espaço público possui um papel importante no funcionamento das cidades, visto que contribui para a construção da identidade local, assim como para a socialização e a realização de manifestações coletivas. Esses fatores estruturam o ambiente físico e são os principais indutores da qualidade de vida urbana.

2.2 Praça

A praça, de maneira ampla, define-se como um espaço público urbano, livre de edificações, que propicia a convivência e o divertimento coletivo. Essa condição a estabelece como um equipamento essencial, no qual sua função principal é oferecer oportunidades de interação social e lazer na cidade, promovendo o uso democrático do espaço (Barbosa Filho e Viero, 2009).

A praça pode ser definida como um espaço livre e público que tem o lazer como função principal, assim como reúne a ênfase do desenho urbano (Lamas, 2004).

Os parques, jardins públicos e praças constituem a opção mais próxima e gratuita de acesso ao ambiente natural no meio urbano. Essa característica confere um caráter universal a esses espaços, estabelecendo-os como elementos essenciais que promovem a qualidade de vida e a integração social de forma democrática na cidade (Robba, 2004).

A praça, do latim “*Platea*”, que significa “local para reuniões públicas” (Pippi e Lautert, 2019, p.113), caracteriza-se como um espaço livre, público e urbano (Robba e Macedo, 2002 *apud* Pippi e Lautert, 2019). Por essa razão, sua história está vinculada à evolução dos jardins, iniciando-se com um caráter fundamentalmente literário, como ocorre no livro de Gênesis da Bíblia, que retrata o Jardim do Éden como um paraíso para o ser humano (Llarden, 1980).

Partindo dos primeiros jardins de que se tem conhecimento, o Império Persa os possuía de forma estratégica em seus templos e moradias. Esses espaços verdes funcionavam como um oásis em meio ao deserto, proporcionando um ambiente de bem-estar (Llarden, 1980).

A história da humanidade registrou, ainda, os jardins da Mesopotâmia, considerados como uma obra-mestra da arquitetura (Llarden, 1980). No antigo Egito, entre 3300 a.C. e 332 a.C. (Campos, 201-), foram construídos jardins em templos e conjuntos

reais, rodeados por plantações em formas geométricas (Llarden, 1980). Esses jardins da Pérsia, Mesopotâmia e Egito visavam ao desfrute de reis, sendo usados como parte do culto a divindades (Llarden, 1980).

No Período Clássico grego, entre os séculos V a.C. e IV d.C. (Ferreira Junior, 2018), os espaços livres (representados pelos jardins de caráter utilitário e religioso) tiveram, pela primeira vez, o papel de suporte à função pública. Estes tornaram-se locais destinados à caminhabilidade e ambientes propícios aos diálogos da comunidade (Llarden, 1980).

Em Roma, existiam poucos espaços livres públicos, o que se justifica pela presença do Fórum e de circos (Llarden, 1980). Com o fenômeno da urbanização, os espaços remanescentes foram ocupados por edificações e convertidos em jardins privados (Llarden, 1980).

Na Idade Média, os espaços livres converteram-se em áreas voltadas ao cultivo de plantas medicinais e árvores frutíferas. Naquela época, os jardins árabes já demonstravam notável avanço técnico por meio da utilização de sistemas de canalização de água (Llarden, 1980).

No continente americano, precisamente no noroeste do México, após o ano de 1325, os astecas (civilização que surgiu dos toltecas) construíram as *chinampas*. Esses jardins flutuantes eram estruturas utilizadas para o cultivo de vegetais em terrenos retirados do fundo de lagos, evidenciando o uso engenhoso de áreas verdes no espaço (Sousa, 201-).

No Renascimento, os jardins franceses passaram a fazer parte obrigatória do desenho urbano por meio de estatuto e, durante os séculos XVI e XVII, ocupavam grandes espaços. Esse processo reflete uma mudança importante, pois o jardim passou a ser um componente essencial da cidade (Llarden, 1980).

Na Espanha, observou-se a necessidade de praças voltadas à reunião e ao contato social com propósitos cívicos e mercantis. Esse fenômeno representou o início da introdução da praça como um elemento organizador e multifuncional na estrutura da cidade (Llarden, 1980).

Apesar dessa multifuncionalidade histórica, a classificação contemporânea de áreas verdes pressupõe, necessariamente, a existência de uma cobertura vegetal que proporcione ao espaço funções ecológicas e ambientais fundamentais (Loboda e Angelis, 2005).

As áreas verdes definem-se, essencialmente, como espaços caracterizados pela presença de cobertura vegetal e elementos naturais, a exemplo de árvores e gramados. Esses espaços realizam uma importante função para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida urbana (Loboda e Angelis, 2005).

Na praça, encontram-se os equipamentos públicos, dentre os quais se destaca o mobiliário urbano. Este constitui um elemento fundamental tanto para o desenho e a organização da cidade, quanto para o conforto e qualificação do espaço público (Richter *apud* Loboda e Angelis, 2005).

Esses componentes estruturam o ambiente e definem a forma como o local é utilizado, permitindo que a configuração urbana cumpra seu papel de oferecer suporte adequado aos usuários, unindo o planejamento estético à funcionalidade necessária para o dia a dia (Richter *apud* Loboda e Angelis, 2005).

Assim, o mobiliário não apenas compõe a cena visual da praça, mas estabelece as condições essenciais para que o espaço seja utilizado com conforto, reforçando a importância da infraestrutura pública na experiência coletiva (Richter *apud* Loboda e Angelis, 2005).

O mobiliário compõe-se de elementos móveis com a função essencial de equipar e humanizar o ambiente. Esses componentes podem ser projetados para o uso direto do indivíduo, a exemplo de bancos e chafarizes, ou podem possuir uma dimensão de construção, como os quiosques (Lamas, 2004).

2.3 Fixos e fluxos

Para a análise da dinâmica do espaço geográfico e a compreensão da relação entre objetos materiais e imateriais, Santos (2002) conceituou os fixos e os fluxos, conceituando suas implicações espaciais frente ao fenômeno da globalização. Essa distinção teórica foi fundamental para entender como o território é produzido e transformado pela ação dos seres humanos, sendo estudo importante para a compreensão das desigualdades contemporâneas.

Para Santos (2002), os fixos são as materialidades, ou seja, os objetos que se encontram fixados no espaço. Eles contemplam tanto os elementos físicos, a exemplo de edifícios, pontes e elementos naturais, quanto os elementos sociais, como as instituições e as formas de organização social. Esses componentes representam a estrutura que constitui o suporte do espaço geográfico.

Os fixos constituem o suporte para a vida social e as atividades dos seres humanos, sendo a base material sobre a qual a sociedade se estrutura. Essa função de sustentação é realizada, geralmente, por meio de características técnicas e organizacionais específicas que, além de permitirem, também condicionam e direcionam a ocorrência dos fluxos (Santos, 2002).

Entretanto, é preciso ressaltar que, apesar de condicionarem os fluxos, os fixos também são intensamente influenciados pelos fluxos. Essa dinâmica constitui a produção do espaço geográfico, derivando das ações dos seres humanos transformadas ao longo do tempo e das mudanças ambientais (Santos, 2002).

Essas ações incluem desde a construção de novos tipos de estruturas e edificações, até as práticas de consumo e circulação, como o movimento de capitais, conhecimentos e manifestações sociais (Santos, 2002).

Os fluxos, conforme definidos por Santos (2002), consistem nas circulações, movimentos e interações espaciais. Eles incluem elementos essenciais, a exemplo de pessoas, mercadorias, capitais, informações e energia, que atravessam ou se instalam nos fixos do espaço.

A materialização dos fluxos, no entanto, depende de uma estrutura física que os possibilite, ou seja, o movimento existe, pois há suporte dos fixos. Essa interação entre fixos e fluxos resulta em dinâmicas complexas que transformam o espaço geográfico (Santos, 2002).

Para Santos (2002), o espaço geográfico é uma totalidade complexa e dinâmica, um sistema que integra objetos (fixos) e ações (fluxos). Sendo, portanto, moldado pelas relações sociais, técnicas e históricas, um espaço que reflete a sociedade que o produz e, ao mesmo tempo, condiciona as práticas sociais que nele ocorrem.

Santos (2002) afirma que, em função dessa constante interação, o espaço está em permanente transformação e permite a compreensão da construção social do território. Dessa forma, o espaço geográfico é o resultado e a condição da vida em sociedade, onde a materialidade é sempre modificada pelos movimentos e necessidades do presente.

A globalização, fenômeno estudado por Santos (2002), é um processo que gera fluxos intensos de capitais e informações, mas que também produz desigualdades e exclusões. Apesar de sua relevância, o aprofundamento dessa temática destoa do objetivo principal desta pesquisa.

2.4 Demandas contemporâneas de uma praça

No Brasil, os espaços livres urbanos, como praças e parques, são constantemente desenhados, construídos e utilizados, fato explicado pelo aumento da demanda por essas áreas durante o século XX. Isto ocorre porque, em vez de se esvaziarem devido ao adensamento das cidades e aos novos hábitos urbanos, a exemplo de parques temáticos e *shopping centers*, o significado desses espaços foi atualizado para atender às demandas contemporâneas (Robba, 2004).

Robba (2004) classifica as demandas contemporâneas nas praças nas seguintes categorias: funcional, ambiental e estético-simbólica. Dentro de cada uma dessas dimensões, existem funções que se inter-relacionam, atuando como elementos que definem e moldam o programa de necessidades e atividades de cada espaço urbano.

2.4.1 Demanda funcional

O autor estabelece que, prioritariamente, a praça foi concebida para atender à demanda funcional. Esta, por sua vez, é dividida nos seguintes grupos de uso: lazer, circulação e manifestação (Robba, 2004).

O lazer define-se como uma ação ou um conjunto de ações realizadas no tempo livre, ou seja, o desenvolvimento de atividade fora das obrigações de trabalho (Robba, 2004). A distinção de horas de trabalho e de lazer instituiu-se a partir da instalação do modo capitalista de produção (Bartalini, 1999 *apud* Robba, 2004) e é considerado um hábito urbano (Robba, 2004).

Desde o final do século XIX, o lazer é a principal atribuição da praça. Robba (2004) afirma que a demanda funcional contempla diversas modalidades em espaços livres públicos urbanos, sendo essas:

- a) Contemplativo: atribuído aos jardins palacianos, é o uso mais comum. Possui uma perspectiva intelectual e social ligada ao contato com elementos naturais, como: vegetação, água e terra.
- b) Social e comunicativo: define-se pela interação entre os indivíduos. A presença de bancos indica uma infraestrutura voltada à convivência urbana.
- c) Físico ou esportivo: compreende atividades relacionadas a jogos e esportes, esses hábitos derivados desde o século XX, materializam-se em equipamentos como quadras e canchas. A procura por benefícios corporais potencializa a valorização do programa esportivo. Em áreas predominantemente residenciais, o

lazer esportivo e recreativo tende a se sobrepor ao contemplativo, pois, por vezes, a praça é o único acesso gratuito a esses equipamentos nas proximidades.

d) Recreativo e lúdico: hábitos voltados ao entretenimento que se concretizam, por exemplo, em mesas de jogos e *playgrounds* infantis.

e) Artístico: compreende manifestações como a representação teatral e musical, contudo, geralmente dependem de fatores externos, a exemplo do financiamento público, para sua ocorrência. A presença de anfiteatro e concha acústica no espaço público pode ser um indicativo da existência dessas manifestações, independentemente da promoção governamental.

Na demanda funcional, a circulação relaciona-se ao ato de caminhar, seja como forma de lazer, seja como passagem ou acesso a outros espaços. Historicamente, as praças constituíram espaços destinados ao fluxo de pedestres e de veículos movidos à força animal. Com o advento do automóvel, no entanto, parte de sua superfície foi destinada ao leito carroçável (Robba, 2004).

Em uma área ou bairro central, a priorização da circulação de pessoas constitui-se como necessário, visto que a convergência de indivíduos exige que os espaços públicos sejam desobstruídos e providos de pavimentação resistente (Robba, 2004). É nos espaços públicos que se expõe uma fração da vida pública de cada cidadão, e é, sobretudo, nas praças (um espaço morfologicamente adequado por conta de sua amplitude comparada às vias públicas) que reside a diversidade dessas apropriações. Nesses locais, convergem as intenções e as atenções, e os habitantes manifestam de forma pública suas individualidades (Robba, 2004).

Dentre as manifestações possíveis de ocorrer na praça, distinguem-se as categorias religiosas, militares e políticas. Essas expressões de caráter coletivo, contudo, foram reduzidas de forma significativa ao longo do século XX em decorrência das transformações sociais (Robba, 2004).

Quanto às manifestações políticas, estas ainda ocorrem em praças, mas sua recorrência depende da capacidade do local para comportar eventos e de seu nível simbólico na cidade. Isto se deve à visibilidade e ao impacto que a praça confere à sociedade e à opinião pública.

As manifestações militares foram reduzidas desde a Proclamação da República e, assim como as manifestações religiosas, restringem-se à comemoração em datas comemorativas, eventos nos quais podem ocorrer desfiles (Robba, 2004).

2.4.2 Demanda ambiental

A consciência da crise ambiental, estabelecida no final do século XX, propiciou a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável. Esse cenário resultou na revalorização de espaços livres com áreas verdes, como jardins, praças e parques, no contexto da cidade contemporânea (Robba, 2004).

Entretanto, a simples existência de áreas verdes nem sempre é sinônimo de qualidade ambiental. Isso ocorre porque esses espaços necessitam de intervenções sistêmicas voltadas à manutenção de sua integridade. Além disso, a mitigação dos impactos ambientais urbanos requer a estruturação de um sistema de espaços verdes, como um conjunto de praças e vias com áreas verdes (Robba, 2004).

Robba (2004) define o Sistema de Espaços Livres de uma cidade como o conjunto dos espaços livres de edificação. Sua formação pode derivar de um planejamento integral, parcial ou de uma somatória de intervenções locais. A divisão desse sistema estabelece-se conforme a finalidade: espaços públicos destinados à circulação (como calçadas e vias), à convivência, lazer e recreação (como parques e praças) e à conservação ou preservação natural (como reservas e florestas).

Atualmente, observa-se o deslocamento comum de populações das metrópoles em direção a cidades menores e turísticas em períodos de lazer. O objetivo é afastar-se do descontrole ambiental, manifestado pela poluição e escassez de áreas verdes, contudo, em vez de resolver os problemas enfrentados em suas cidades, esses fluxos acabam reproduzindo o modelo de consolidação urbana que degradou o ambiente urbano inicial. Robba (2004) ressalta que o reconhecimento desses problemas constitui o começo do encaminhamento de soluções.

2.4.3 Demanda estética-simbólica

Devido à evolução da condição urbana e às maiores exigências da sociedade, essa demanda reflete a necessidade de uma qualificação espacial, baseada no tratamento paisagístico. Nesse contexto, a moradia e o transporte deixam de ser suficientes, almejando-se também a qualificação e a manutenção do ambiente urbano (Robba, 2004).

A demanda estética começou no processo de ajardinamento e arborização das cidades, em que o jardim transformou a paisagem urbana, tornando-se padrão de embelezamento e sinônimo de modernização. Dessa forma, os espaços públicos

que contam com a presença desse tratamento obtêm significado de beleza e de apreciação visual (Robba, 2004).

Dentre os espaços públicos, Robba (2004) conclui que as praças exercem, e historicamente exerceram um papel relevante na composição estética da paisagem urbana.

Na demanda simbólica, os espaços livres públicos de grande visibilidade (palco de acontecimentos históricos) integram a memória coletiva da cidade e de seus habitantes. Esses locais representam o palco das dinâmicas urbanas e evocam diversas emoções (Robba, 2004).

A denominação desses locais pode derivar de sua história, finalidade, elementos marcantes, localização ou atributos simbólicos, visto que constituem espaços do cotidiano urbano. A população identifica e reconhece essas áreas mais facilmente através de denominações referenciais do que pelos nomes resultantes de uma determinação municipal (Robba, 2004).

Constitui um ato simbólico conferir a um espaço ou objeto um valor afetivo, histórico ou estético superior às suas propriedades físicas. Um exemplo é o monumento histórico, que possui maior valor simbólico ou artístico do que o valor do material (bronze ou pedra) que o compõe (Robba, 2004).

“O monumento é um facto urbano singular, elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado.” (Lamas, 2004, p.104)

Essa demanda manifesta-se na praça, elemento reconhecido pelo repertório coletivo como referência e imagem de qualidade estética. A partir da necessidade de experiências projetuais paisagísticas diferentes, distinguem-se duas categorias de cunho estético-simbólico: a modernidade e a tradição (Robba, 2004).

A demanda por modernidade relaciona-se à representação do novo e do moderno no espaço, incluindo novos materiais, desenhos contemporâneos e a procura por imagens inovadoras derivadas da metrópole. Essa exigência manifesta-se, geralmente, em áreas consolidadas e de maior visibilidade, como centros e pontos de articulação (Robba, 2004).

Os novos materiais compreendem o aço escovado, tijolos de vidro, concreto estampado, além de revestimentos cerâmicos e em granito, pórticos, colunas

coloridas, esculturas e monumentos com desenho arrojado. A aplicação tecnológica também representa a modernidade, a exemplo de sistemas que produzem efeitos inusitados em fontes e monumentos, através de borrifadores de água e recursos de luminotécnica (Robba, 2004).

A demanda por tradição pode direcionar ao ecletismo e ao pitoresco, manifestando-se na necessidade de espaços verdes, jardinagem, elementos construídos e paisagens com história consagrada. O imaginário do jardim conecta-se à decoração, utilizando principalmente flores, o que constitui um padrão comum nesta demanda. Esse pode ser utilizado sob a forma de plantio pitoresco (ordenado e simétrico) ou modernista (desordenado e assimétrico) (Robba, 2004).

3. História da Praça Dois de Julho

A ocupação da área onde se localiza a Praça Dois de Julho começa no século XIX, período em que o Reverendo Parker estabeleceu sua residência, capela e um jardim naquele local (Salvador, 1997). Na época, o terreno, inicialmente com elevações naturais, foi nivelado através de uma intervenção topográfica para facilitar a inclusão e elementos urbanos. Posteriormente, o espaço foi urbanizado e denominado “Campo Grande de São Pedro” (Hoje, 1995; Salvador, 1997).

Acredita-se que a denominação da praça se deu pela proximidade com o Forte de São Pedro. Este, construído pelos jesuítas como uma capela em homenagem ao apóstolo, foi posteriormente transformado em forte, visto que por meio de sua torre era possível avistar o mar (Bahia, 1995; Salvador, 1997).

Figura 1 - Planta baixa do Campo Grande (Salvador, Bahia) em 1840.



Fonte: SALVADOR, 1997, p.7.

É provável que esse nivelamento tenha removido as árvores existentes, visto que, após a ação, realizou-se um novo plantio na praça em 1851. Em decorrência desse tratamento paisagístico, a área logo se tornou um dos principais logradouros de Salvador (Salvador, [198-?]).

Nessa mesma área, surgiram construções relevantes, a exemplo dos famosos palacetes: do Visconde de S. Lourenço (atual Hotel Wish) e do Dr. Pacífico Pereira (atual Teatro Castro Alves), além das residências dos novos ricos, que possuíam jardins floridos. Em 1846, contudo, o “Campo Grande” ainda era descrito como um

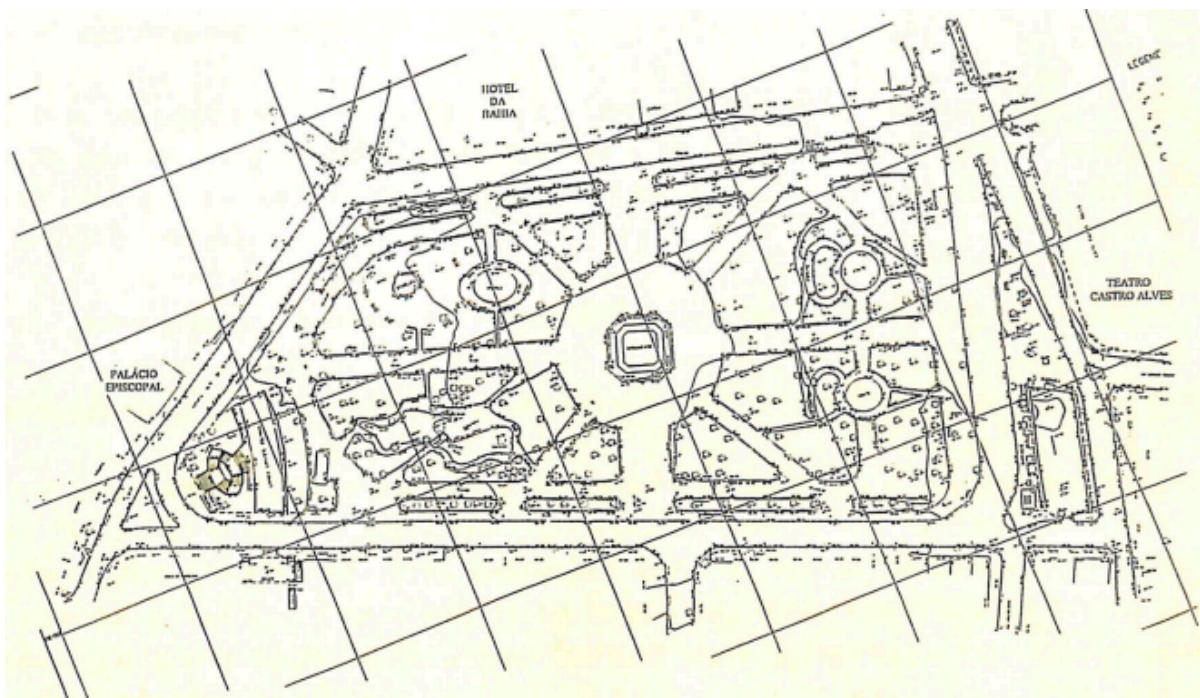
campo com grama, rodeado por árvores de pequeno e médio porte (plantadas pelo Reverendo Parker) e iluminado por alguns postes de luz (Salvador, 1997).

Ainda no século XIX, especialmente na década de 1850, o local passou a ser denominado “Parque Duque de Caxias”, visto sua utilização para treinamentos militares. Apesar do aspecto primitivo, o desenho inicial já contemplava caminhos que formavam uma cruz e árvores que cobriam até os seus limites físicos. Na última década do mesmo século, a instalação de um monumento em comemoração ao 2 de Julho foi proposta por patriotas, resultando em um plebiscito para escolher a localização da obra (Hoje, 1995; Salvador, 1997; A Tarde, 1998; A Tarde, 2000).

Em 2 de julho de 1895, o logradouro foi oficialmente denominado Praça Dois de Julho (A Tarde, 1998), momento em que se inauguraram as fontes, os coretos e o monumento em homenagem à Independência da Bahia. Este, considerado o maior da América do Sul, é símbolo do local, da praça e do povo.

O evento contou com a participação de pessoas de todas as classes e, ao anoitecer, o espaço ainda conhecido como “Campo Grande”, denominação que permanece até a atualidade (Hoje, 1995; Salvador, 1997; A Tarde, 1995), estava muito iluminado (Salvador, 1997).

Figura 2 - Planta baixa da Praça 2 de julho de 1909.



Fonte: SAMPAIO, 1909 *apud* SALVADOR, 1997.

Produzido em bronze e mármore, o monumento denominado “Estátua do Caboclo” (Hoje, 1995) constitui o símbolo máximo das comemorações do 2 de Julho (Peixoto Junior, 1998). Nele, está escrito: “Aos heróis da Independência a pátria agradecida” (A Tarde, 1994), que glorifica os heróis que consolidaram a emancipação política do Brasil em 1823 (A Tarde, 1995).

Após a introdução do monumento em 1985, a praça passou a ter uma nova dimensão urbana e social, pois se tornou palco obrigatório de festas em datas cívicas e religiosas (Bahia, 1995).

É provável que as mudanças voltadas à urbanização da área, como a oficialização da praça e a construção de palacetes no bairro, tenham sido baseadas na lógica do investidor avesso ao risco (Markowitz, 2008). Isso decorre do fato de que, conforme Santos (2008), o Centro Histórico, apesar de ser o local de concentração das principais funções urbanas (administração, serviços e habitações), apresentava graves problemas sanitários à época (Bahia, 1977).

Isso é confirmado pelo Primeiro Código Sanitário da Bahia de 1925, política pública que foi implementada após a grande epidemia de 1855 que atingiu a Bahia (Constitucional, 1855), causada pela contaminação da água pelo esgoto (Einstein, [s.d]). Dessa forma, o “Campo Grande”, por conta do menor risco, visto sua distância física do Centro Histórico, recebeu maior investimento do mercado imobiliário.

Entre as décadas de 1930 e 1940, a praça passou por mudanças notáveis, como a inclusão de mais espaços para caminhada, árvores e coqueiros de médio a grande porte, além de pergolados e bancos. Apesar dessas transformações, seu entorno manteve o mesmo aspecto de 1895, com palacetes e imóveis de poucos andares. A construção de uma escola próxima à praça, no entanto, marcou o início da diversificação das atividades em seu entorno, que passou a incluir o uso institucional, além do residencial e do religioso (Salvador, 1997).

A verticalização e a introdução de atividades de comércio e serviços na área iniciaram-se em 1949. O Hotel da Bahia (atual Hotel Wish), por exemplo, foi construído no lugar do Palacete Visconde de S. Lourenço em celebração ao quarto centenário de Salvador e, até hoje, é um importante imóvel da arquitetura moderna na Bahia (Salvador, [198-?]; Salvador, 1997).

Em 1957, o Palacete Dr. Pacífico Pereira foi substituído pelo Teatro Castro Alves (TCA), importante para a arquitetura moderna no Brasil e símbolos da baianidade (Salvador, 1997; A Tarde, 1991). A partir de então, a especulação imobiliária

avançou sobre os outros palacetes, alterando a relação da praça com o seu entorno e degradando a paisagem histórica. Esta, que contava antes com vista para o mar, mas passou a ser cercada por prédios (Salvador, 1997).

A praça foi gradeada no século XIX, tendo as grades sido desmontadas posteriormente por período e motivos ainda desconhecidos (informação pendente até a finalização da pesquisa). No ano de 2003, foi gradeada novamente com um gradil artisticamente desenhado pelo pintor Carybé (Bahia, 2002), com o objetivo de promover segurança e manutenção (Salvador, 1997).

Houve mudanças de usos na praça entre as décadas de 1950 e 1970, por causa da chegada de novos tipos de construções que modificaram os hábitos urbanos, como *shopping centers* e *playgrounds*. No entanto, a praça conseguiu comportar as mesmas atividades de lazer desses novos empreendimentos. Além disso, por ser um espaço público, seu diferencial em relação às novas construções reside na sua característica inclusiva que permite a socialização de seus habitantes (Indovina, 2002; Salvador, 1997).

Em 1979, por meio do Decreto nº 5.674, estabeleceu-se a preservação permanente das árvores na Praça Dois de Julho. A medida considerava o dever do poder público em cumprir as leis voltadas à conservação, preservação e proteção de suas árvores, principalmente pelo seu destaque local, beleza e raridade botânica (Salvador, 1979). Na década de 1980, o uso do solo no entorno da praça era predominantemente residencial. Nessa época, as fontes estavam em funcionamento, e havia um posto policial nas proximidades, além de telefones públicos e uma diversidade de espécies de árvores. Apesar da presença de lixeiras danificadas, do parque infantil desativado e da pouca iluminação, a praça era muito utilizada, principalmente aos domingos (Salvador, [198-?]).

É notável que, durante a década de 1990, a Praça Dois de Julho era motivo de preocupação por conta de seu estado precário de manutenção (A Tarde, 1991; A Tarde, 1994; A Tarde, 1995; A Tarde, 1997). Apesar de sua localização e importância para o lazer e o embelezamento da cidade (A Tarde, 1995), a praça constitui um referencial histórico-cultural e de identidade de Salvador, necessitando, portanto, de atenção e cuidado (Bonfim, 2001; Peixoto Junior, 1998).

É importante destacar que essa preocupação também se estendeu ao acervo arbóreo da praça, visto que, apesar da praça ter sido comparada por Burle Marx ao Central Park de Nova York por sua diversidade de árvores e plantas, havia pouca

conservação desses elementos (A Tarde, 1998). Sua composição arbórea (árvores e gramado) é considerada uma referência ambiental em Salvador (Bonfim, 2001).

Em 1994, publicou-se a intenção de um projeto nomeado “Campo Grande: a praça mais amada da cidade”, no qual a proposta baseava-se na realização de diversos eventos em Salvador sobre o local, no seu centenário, para contribuir na sua recuperação arquitetônica e preservação constante (Bahia, 1995; A Tarde, 1994).

Em 1997, houve um projeto para a praça (Salvador, 1997). Apesar da falta de informações sobre sua implementação, este provavelmente não foi concretizado, visto a continuidade da tentativa de um novo projeto um ano depois (1998) (Peixoto Junior, 1998; Salvador, 1998).

Em 1998, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM) publicou um novo projeto de intervenção definitiva na praça. A proposta contemplava novos elementos fixos destinados ao controle de acesso (gradil e dez portões) e à ampliação das funções de lazer e cultura: parque infantil e um palco em frente aos lagos e um anfiteatro e aumento da calçada (Peixoto Junior, 1998).

Além disso, previa-se a manutenção da infraestrutura, incluindo a iluminação, as fontes, o monumento principal e a composição arbórea. O início das obras estava previsto para o Carnaval de 1999, com conclusão no Carnaval de 2000 (Peixoto Junior, 1998).

Em 2000, realizaram-se reformas parciais na praça e em seu entorno, as quais incluíram a melhoria da manutenção e da iluminação, mudanças nos abrigos de ônibus e a recuperação de viadutos. Essas intervenções, contudo, não foram citadas como pertencentes ao projeto inicial de 1998 (A Tarde, 2000).

Mesmo com essas reformas anteriores, ainda havia muito a ser realizado, visto que a praça apresentava depredação, caracterizada por canteiros desmontados e bancos quebrados. Isso ocorria apesar da praça ser considerada um cartão-postal de Salvador e palco de diversos fluxos, como manifestações sociais, religiosas e apresentações artísticas (A Tarde, 2000).

Um ano depois da data inicialmente prevista e do projeto já ter sido devidamente aprovado pelas instâncias competentes, a Prefeitura Municipal avaliou que a proposta demandava muitos recursos financeiros. Dessa forma, o projeto foi remetido à SEPLAM para uma reformulação técnica (Bonfim, 2001).

Em 2002, a concretização de um novo projeto urbanístico na praça foi garantida pelo prefeito da época, pois houve um convênio entre a Prefeitura e o Governo do

Estado, visando garantir os recursos necessários para que as obras de reforma e manutenção do espaço fossem concretizadas (Bahia, 2002).

O novo projeto previa a construção de uma pista de caminhada e de um sistema de irrigação, a conservação das árvores existentes e a introdução de novos tipos de árvores, gradis e portões. Além disso, contemplava a substituição integral da pavimentação e a modernização das redes de infraestrutura (Bahia, 2002).

Também estavam previstas a restauração de elementos existentes, assim como a introdução e manutenção de bancos e do parque infantil. A conclusão da obra foi prevista para 2003, em um dia próximo às comemorações do 2 de Julho (Bahia, 2002), ano em que a obra foi, de fato, concluída conforme o seu projeto inicial (Bahia, 2003).

Após anos depois, em 2007, a praça voltou a ser revitalizada, movimento que coincidiu com as comemorações de seu centenário e com a reafirmação de seu papel como uma das áreas de lazer mais nobres de Salvador. Sua revitalização priorizou a manutenção dos elementos fixos, contemplando serviços de conservação, jardinagem, limpeza de esculturas e fontes, além da mudança da água do lago e remoção de sanitários químicos (Rocha, 2007).

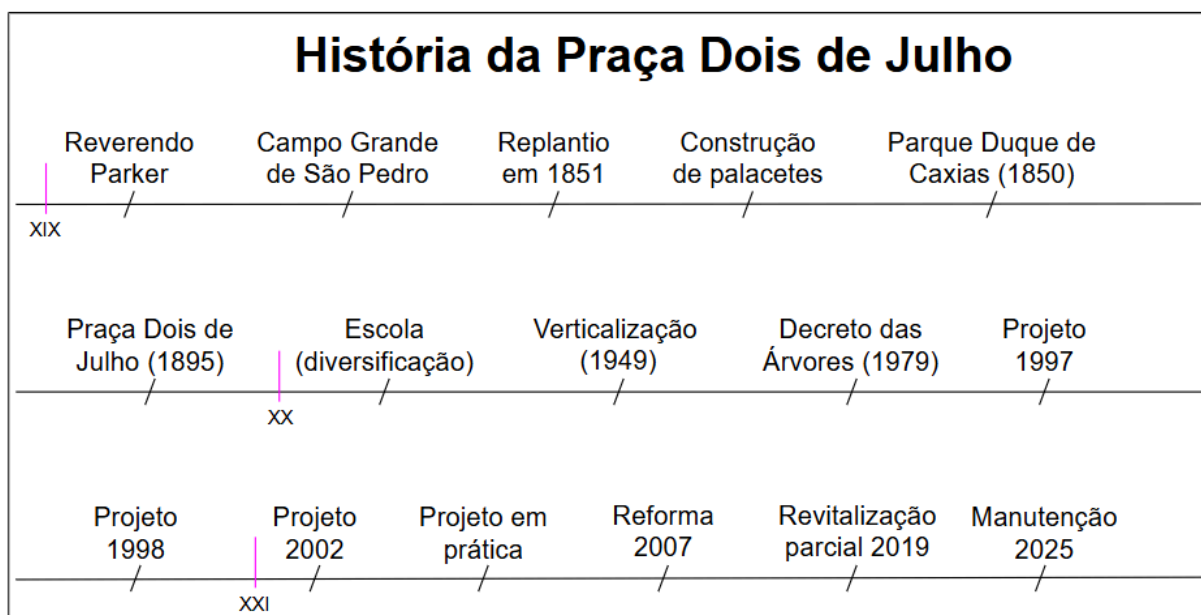
Essa última medida foi polêmica, pois, apesar do reconhecimento que os sanitários químicos não devem ser permanentes (em decorrência do mau cheiro e do vazamento de detritos), a falta de sanitários adequados gera problemas mais graves à praça. Dentre eles, destacam-se o uso de árvores para necessidades fisiológicas e a procura por banheiros em locais inseguros nas proximidades (Rocha, 2007).

A Praça Dois de Julho, em 2018, apresentava uma boa manutenção, mas faltava um projeto de ocupação artística que transformasse o espaço para que a população pudesse estar mais presente aos finais de semana. Isso ocorre, porque, ao passo que as grandes metrópoles se preocupam em diversificar a economia por meio dos espaços públicos, Salvador ainda precisava atingir essa meta (Freitas, 2018).

Em 2019, realizou-se a revitalização do Monumento ao Caboclo e das duas fontes luminosas da praça, elementos pertencentes ao patrimônio histórico de Salvador (Bahia, 2019; Correio, 2019).

Em 2025, houve a manutenção mais recente na praça, na qual a Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN) realizou a pintura de pergolados, bancos, mastros e partes do lago, além da manutenção do piso de granito (Salvador, 2025).

Figura 3 - Cronologia dos eventos históricos na Praça Dois de Julho.



Fonte: Da autora, 2025.

3.1 Contexto atual do entorno da praça

Para o desenvolvimento de um trabalho voltado à escala humana, definiu-se uma área de influência fundamentada em Gehl (2013). O autor defende que a distância de caminhada aceitável para a maioria da população compreende 500 metros, uma delimitação essencial para identificar os imóveis que possuem relação direta com o espaço da praça.

Dentro do perímetro de 500 metros, distinguem-se dois entornos: o imediato e o mediato. O primeiro refere-se aos imóveis que estão na área contígua à praça, por não possuírem intermediários, seu contato é direto e estes representam a fachada da praça. Já o entorno mediato compreende os imóveis que não possuem contato direto com a praça (Dicio, [s.d.]).

Para realizar a medição do perímetro, considerou-se o percurso real do pedestre, partindo da edificação até o “Monumento ao Caboclo” (centro espacial da praça). O cálculo metodológico baseou-se no trajeto que o usuário efetivamente percorre, considerando a localização das faixas de pedestre, a existência de portões fechados (dos 10 portões, apenas 4 estão abertos) e áreas inacessíveis.

Para a representação do entorno imediato, formulou-se um mapa (ver Mapa 2) desenvolvido a partir de pesquisa de campo realizada em 14 de setembro de 2025. Nessa pesquisa, identificaram-se os imóveis e estabelecimentos do entorno. Os

elementos em maior quantidade e de mesmo significado foram agrupados em categorias para uma melhor leitura visual. Essas categorias correspondem a:

a) Comércio e serviço: academia, bancas (alimentos e revistas), bar, bomboniere, correios, gráfica, hortifrúti, lojas (acessórios, bolsas, cafeteria, construção, cosméticos, itens diversos, produtos naturais e roupas), mercearia, padarias, restaurantes, salão de beleza, shopping center e sorveteria.

b) Cultura: Casa de Cultura Eduardo Cabus, clube social, Escola de Belas Artes da UFBA (Universidade Federal da Bahia), escola de gastronomia e confeitaria, Fundação Cultural do Estado da Bahia, escola de dança, Fundação João Fernandes da Cunha, Goethe Institut (Instituto Cultural Brasil-Alemanha) e o Teatro Castro Alves (fechado para projeto e execução de obras de requalificação, restauração e ampliação).

c) Instituições: Banco do Brasil, Centro Público de Economia Solidária da Bahia, Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia e o Tabelionato de Notas de Salvador

d) Hotel: Hotel Campo Grande, Hotel Santiago e o Wish Hotel, o qual apresenta dois tombamentos do IPAC, ele mesmo (externo) e a Pintura Mural do Artista Genaro de Carvalho (interno) (Bahia, [s.d.]).

e) Imóvel desocupado: há imóveis abandonados em estilo moderno e colonial (como uma residência universitária sem uso da UFBA), assim como imóveis à venda e para locação.

f) Residência: a maioria das residências são de edifícios residenciais de médio/alto padrão, com exceção das casas de baixo/médio padrão que estão localizadas próximo ao TCA (ao longo da rua Ladeira da Fonte).

g) Saúde: Centro auditivo, centro de análise clínica (Leme), centro de diagnóstico médico (Image), centro de referência estadual pertencente ao SUS (Sistema Único de Saúde), centro médico Castro Alves, farmácias e pet shop.

h) Uso misto: o local apresenta uma mistura de comércio e residência que inclui auto escola, bares, bomboniere clínica odontológica, escola do mecânico, farmácias, lojas (de coco, colchões, costura, produtos naturais, roupas e salão de beleza), loteria, mercearia, padaria, pet shops, restaurantes (um deles em funcionamento desde 1995) e supermercado.

i) Outros: Igreja Batista Sião, Praça da Aclamação, Forte de São Pedro e o Palácio Episcopal.

Mapa 2 - Mapa do entorno da Praça Dois de Julho em 2025.



Fonte: Da autora, 2025.

Na pesquisa de campo, notou-se que o fechamento temporário do TCA visou ao benefício para a população. Além disso, as bancas de revistas e de alimentos oferecem suporte à fachada desativada (sem interação com o público), funcionando como estruturas fixas que influenciam a dinâmica dos fluxos locais (Santos, 2002). Identificou-se, também, a existência de um local com atividades relacionadas a apostas ilegais. Contudo, devido ao objetivo de natureza acadêmica do trabalho e a questões de sigilo e responsabilidade ética da pesquisa, foi mantido o anonimato do local exato desse espaço.

A praça mais próxima à Praça Dois de Julho é a Praça da Aclamação, a qual possui menor relevância para o entorno quando comparada ao presente objeto de estudo, conforme observado em 14 de setembro de 2025. Essa diferença é justificada por diversos fatores:

- a) O “Campo Grande” possui uma história conectada à memória coletiva (ver item 4: Memória coletiva da praça), enquanto a Praça da Aclamação apresenta poucos elementos simbólicos dessa natureza.
- b) A Praça Dois de Julho dispõe de um estacionamento que permite a permanência (mesmo que temporária) dos usuários, além de apresentar mais opções de lazer em seu interior.

Dessa forma, o maior uso do “Campo Grande” é evidente, pois, enquanto este se mostrou mais utilizado, a Praça da Aclamação permaneceu esvaziada ao longo da pesquisa de campo.

Em 2023, iniciou-se um projeto de revitalização do entorno do “Campo Grande” (concluído em 2024), no qual as intervenções incluíram a ampliação de calçadas, a instalação de piso intertravado em frente ao TCA, o revestimento do meio-fio e a remoção do gradil do estacionamento próximo (Correio, 2023). Em 14 de setembro de 2025, constatou-se que essas obras estavam em perfeito estado, possivelmente pelo pouco período de tempo entre a pesquisa de campo e a conclusão da obra.

Quanto ao uso do solo, observa-se uma alta concentração de elementos que dinamizam as atividades urbanas, principalmente em áreas adjacentes à praça. Isso é notado pela presença de um entorno diversificado, composto tanto por edificações unicamente residenciais, quanto por estabelecimentos comerciais.

Essa multiplicidade de usos qualifica a praça como um nó multifuncional, essencial à atividade e à interação social (Lynch, 1964). Por isso, a avaliação de sua capacidade de reter uma quantidade significativa de funções, visto a sua fachada ativa (mesmo que afetada pela ausência temporária dos serviços do TCA), constitui o principal dado que direciona a análise para a importância da praça na dinâmica do entorno.

3.2 Relevância no sistema de espaços livres

O sistema de espaços livres é formado pelos espaços sem edificações (Robba, 2004). Para saber se o “Campo Grande” faz parte deste sistema, utilizou-se como instrumento de análise o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador.

No PDDU, encontra-se o Sistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental (SAVAM), este constitui uma forma de enquadramento e regulamentação da política municipal voltada ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Nele a Praça Dois de Julho foi incluída na categoria dos “Parques de bairro” (Salvador, [s.d.]), definida como uma área pública urbanizada destinada ao lazer, ao convívio social, à práticas de esportes e à recreação (Salvador, 2016).

Embora os “Parques de bairro” também contemplem espaços desprovidos de vegetação, o Artigo 154 do PDDU de Salvador estabelece que essas áreas integram os objetivos de conservação ambiental. Isso é perceptível pela presença das árvores da praça, a qual contribui para a qualidade urbana de Salvador (Salvador, 2016).

4. Memória coletiva da praça

A teoria da memória coletiva foi conceituada como um fenômeno moldado por grupos e culturas, transcendendo um processo unicamente individual para se constituir um fenômeno social, no qual as lembranças e narrativas do passado pertencem a um conjunto de pessoas (Halbwachs, 1992).

De acordo com Halbwachs (1992), o sustento da memória ocorre através de um quadro social, a exemplo da família, da religião, da nação e de outros grupos sociais. Isso se deve ao fato das memórias dependerem do contexto social e da interação com os grupos aos quais pertencem. Esses quadros sociais reforçam e recontam a lembrança, assim como uma música que inclui os músicos e o palco.

Dessa forma, a memória é um processo contínuo e dinâmico, mantido em constante reconstrução por um grupo social, pois é sempre moldada pelas interações e experiências do grupo, compreendendo o passado e o presente, esta se diferencia da história, a qual constitui um registro unicamente do passado e impessoal (Halbwachs, 1992).

Deve-se notar que, em 1925 (primeira edição de *A Memória Coletiva* de Halbwachs), as transformações sociais que viriam a acontecer eram desconhecidas. Isso porque os quadros sociais que suportavam a memória coletiva ainda se apresentavam em um período anterior ao seu enfraquecimento (Nora, 1993).

Esse enfraquecimento ocorreu devido às rápidas transformações sociais, políticas e tecnológicas da sociedade moderna, ou seja, à aceleração, que é a força que afasta a sociedade da memória viva e a projeta em direção a uma história que se estabelece como a única forma de acesso ao passado. O distanciamento entre a memória viva e o passado ocorre quando a sociedade prioriza a mudança, transformando o passado em algo que precisa ser ativamente guardado, em vez de ser naturalmente vivido (Nora, 1993).

A necessidade da sociedade moderna de fazer registros da história e de construir "lugares de memória" é a prova de que a memória natural não existe mais. Essa preocupação revela que restam apenas rastros e vestígios de uma memória que deixou de pertencer à sociedade (Nora, 1993).

Os lugares de memória são a prova do colapso da memória viva, pois são formados por uma sociedade nostálgica que tenta recuperar, de forma artificial, o que foi tomado pela aceleração e pela desritualização do mundo. Os exemplos se dividem

em materiais (museus e monumentos), simbólicos (festas e sentimentos) e funcionais (festas e associações) (Nora, 1993).

O caráter simbólico de um lugar de memória transcende o material, conferindo a algo (através de um caráter abstrato e icônico), a capacidade de representar e significar uma memória coletiva (Nora, 1993). No tipo material, o monumento é tudo aquilo voltado a perpetuar a recordação de eventos, pessoas ou períodos históricos considerados importantes pela sociedade, a exemplo de esculturas comemorativas, colunas, troféus e pórticos (Goff, 1990).

Além disso, a importância dos lugares de memória reside no fato de serem referências do passado de uma sociedade que vivencia uma crise da memória coletiva, pois ao ancorarem a memória, possibilitam ao ser humano suprir, de alguma forma, a “coerção interior” da memória, ou seja, a necessidade de pertencimento e validação de sua identidade (Nora, 1993).

Dessa forma, os lugares de memória de Pierre Nora assumem a função que, para Halbwachs, pertencia à memória coletiva viva: a de ser referência para a identidade de um grupo, permitindo que os indivíduos se reconheçam como parte do corpo social e construam seu senso de pertencimento (Halbwachs, 1992; Nora, 1993).

O lugar de memória exerce influência no entorno ao moldar a identidade local e a percepção do passado, constituindo-se como um símbolo da memória coletiva da comunidade (Nora, 1993).

A Praça Dois de Julho é um exemplo dos lugares de memória de Salvador, pois reuniu todas as tipologias conceituais: material, funcional e simbólica. Isso se manifesta pela presença de um monumento histórico voltado a comemorar a data magna da Independência da Bahia (o 2 de Julho) (Bahia, 2007).

No aspecto funcional, a praça é um dos principais palcos da festa em comemoração ao 2 de Julho, que pode evocar sentimentos patrióticos nos cidadãos (Bahia, 2007), devido ao seu simbolismo histórico relevante (Salvador, [198-?]).

Na praça, há um conjunto de memórias coletivas que se manifestam por meio dos elementos artísticos referentes ao período clássico (Ferreira Junior, 2018), como a presença de estátuas mitológicas, e da manutenção da utilização popular do nome “Campo Grande”, que pode ser observado em placas e outros elementos físicos.

A imagem acima (ver figura 4) é um exemplo do uso desse nome. É importante destacar que a proibição de skates na praça (pelo mesmo motivo para a proibição

de bicicletas) provavelmente deriva de acidentes que aconteceram ou que poderiam acontecer, visto que há falta de locais adequados para seu uso.

Figura 4 - Placa com o nome “Campo Grande”.



Fonte: Da autora, 2025.

Os elementos da praça, ao sustentarem a memória coletiva de eventos históricos e tradições populares, transformam a dinâmica social do espaço, pois formam um senso de pertencimento e identidade (Nora, 1993), ou seja, a praça supre a “coerção interior” citada anteriormente.

Além do impacto social, a memória coletiva da praça (materializada no monumento e nas celebrações populares) caracteriza o espaço em um local de direcionamento e referência na cidade. Essa condição gera grandes e pequenos fluxos de pessoas (Lynch, 1964) e, conseqüentemente, movimenta diretamente a economia local (comércio e serviços próximos) (Gehl, 2013).

5. Comemorações e eventos culturais na praça

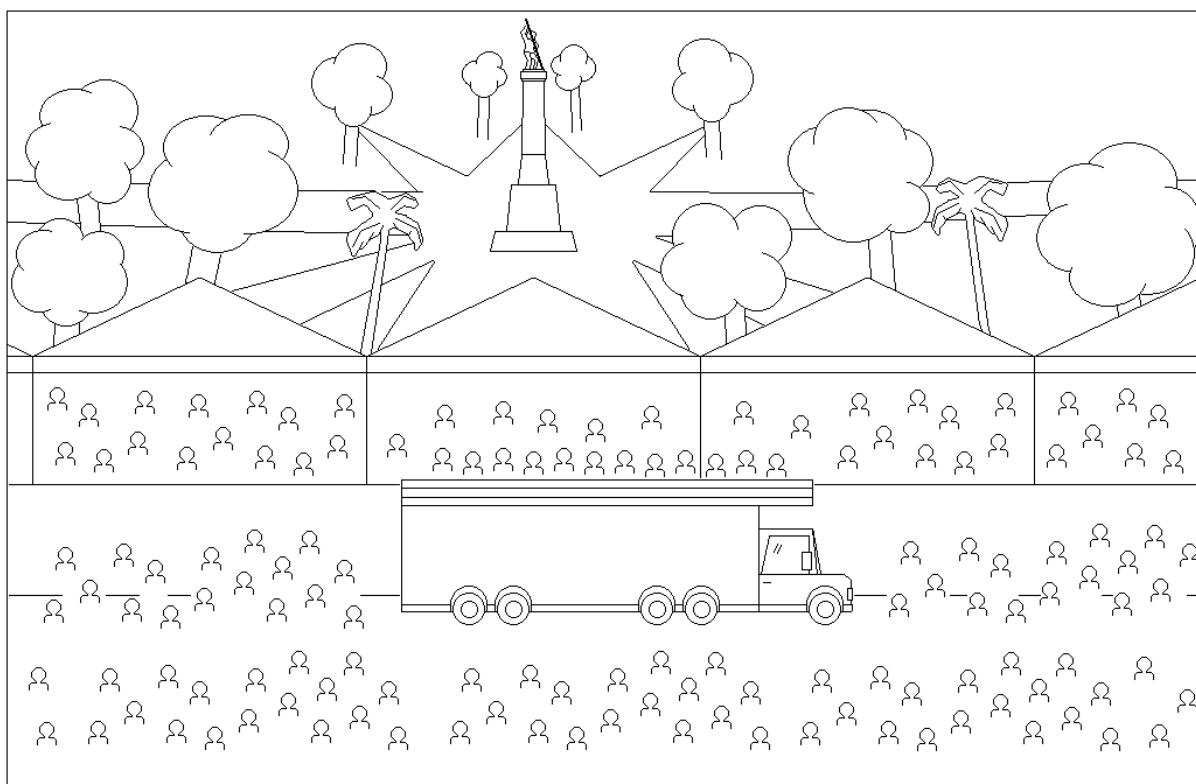
Embora exista diferença entre as festas e a rotina da praça (vista sua temporalidade), foi essencial contextualizar as principais festas que ocorrem na praça e em seu entorno (Salvador, 1997), pois a prática coletiva constitui um quadro de memória que confere valor simbólico e cultural ao espaço (Halbwachs, 1992).

A análise destes eventos se justifica na medida em que a multiplicidade de usos é prova da multifuncionalidade e da flexibilidade da praça (Lynch, 1964).

No Carnaval, a praça recebe decorações comemorativas e os limites da praça, à exceção do estacionamento, são utilizados para comportar arquibancadas e camarotes (Salvador, 1997). Durante o Carnaval, a área do entorno imediato da praça tem uma transformação na percepção de suas dimensões, pois apresenta-se pequena, visto que este espaço é inteiramente tomado e ocupado por uma multidão composta por foliões de Salvador e do mundo em euforia. (Salvador, 1997).

Após o encerramento do Carnaval, o cenário é modificado, por conta da dispersão da multidão e da desmontagem das construções temporárias (Salvador, 1997). A figura abaixo (ver Figura 5) oferece uma representação visual parcial da festa.

Figura 5 - Desenho do Carnaval próximo à Praça Dois de Julho.



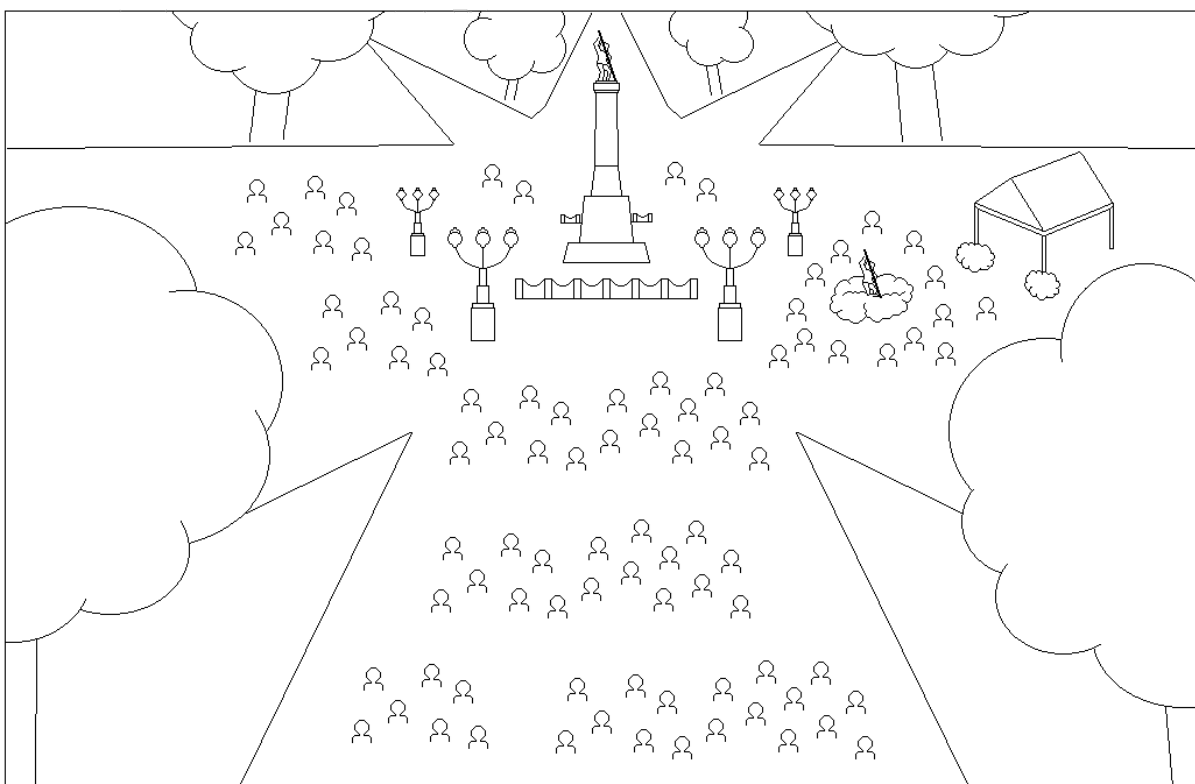
Fonte: Da autora, 2025.

As celebrações do dia 2 de julho (data magna na Bahia) acontecem em diversos locais da cidade, e é na Praça Dois de Julho que a festa se encerra, por ser o local de referência à data (Salvador, 1997). A figura abaixo (ver Figura 6) oferece uma representação visual parcial desta celebração. Para que a praça esteja adequada para receber este importante evento popular, o poder público promove a manutenção da área, essa intervenção tem o objetivo de garantir a ordem do espaço, preparando-o para a grande concentração de pessoas (Salvador, 1997).

Como parte dos preparativos e da simbologia da festa, a praça também recebe a montagem de uma cabana de palha destinada a abrigar os Caboclos, além de decoração e de um palco para apresentações musicais. O movimento de pessoas ocorre principalmente na região norte da praça (Salvador, 1997).

Na noite do 2 de julho de 2025, foi perceptível que os preparativos para a festa foram suficientes para permitir o lazer e divertimento da população. A infraestrutura contava com sanitários públicos, vendedores de alimentos e outros artigos, apresentações e *shows* musicais, entre outros elementos necessários.

Figura 6 - Desenho da festa 2 de julho na Praça Dois de Julho.



Fonte: Da autora, 2025.

No dia 7 de setembro, Dia da Independência do Brasil, é realizado um desfile militar externo à praça, ao longo da Avenida Sete de Setembro. Apenas uma pequena parte da praça é utilizada para comportar o palanque. Entretanto, muitas pessoas se dirigem à praça após assistirem ao desfile (Salvador, 1997).

Na praça, ocorrem outros eventos e comemorações, a exemplo do aniversário de 476 anos da cidade de Salvador, celebrado em 2025 com apresentações musicais e exposições. Destacam-se também a XII Semana do Artesão (Barbosa, 2025) e o Natal, celebrado com a inauguração de iluminação e decoração voltada a essa data (Santana, 2020).

É possível afirmar que a multiplicidade de eventos e comemorações que acontecem na Praça Dois de Julho comprovam sua multifuncionalidade e flexibilidade. A ampla diversidade de usos, que inclui manifestações cívicas, celebrações populares e encontros culturais, evidencia sua capacidade de oferecer um espaço para múltiplos propósitos.

6. Projeto Urbanístico de 2002

A metodologia consistiu em uma análise de caráter qualitativo e descritivo, baseada na análise documental do projeto urbanístico de 2002. Este projeto foi considerado, pela presente autora, como o mais importante concretizado na Praça Dois de Julho, visto ter sido o único identificado que permitiu uma transformação geral. Os projetos posteriores concentraram-se unicamente na manutenção da área, a exemplo do projeto de 2025, quando se realizou a manutenção do espaço para as celebrações do 2 Julho (Salvador, 2025).

O objetivo principal foi avaliar a coerência conceitual e o potencial de impacto das intervenções à luz de referenciais teóricos importantes. Quanto ao procedimento, este foi realizado através de uma análise teórico-conceitual na qual, primeiramente, os elementos do projeto foram categorizados em demandas (funcional, ambiental, estético-simbólica e complementares). Em seguida, a proposta de cada elemento foi confrontada com conceitos e autores-chave.

6.1 Descrição e análise do projeto

Estão incluídas no projeto de preservação e restauração a escadaria da Avenida Contorno, o lago e sua ponte, o anfiteatro, as fontes e seus bancos, as pérgolas e o Monumento ao Caboclo (Salvador, 2002).

No projeto de pavimentação, foi proposta a substituição e a remoção de pisos existentes e a aplicação de outros pisos de granito e materiais mais resistentes em áreas internas e externas da praça, além da edificação de meio-fio, boca de lobo, subestação e depósito (Salvador, 2002).

Foi previsto o plantio de diversas espécies para compor o jardim da praça, o estabelecimento de grades e portões nos limites físicos da praça e a ampliação dos eixos e da pista de *cooper* (Salvador, 2002).

No projeto do mobiliário, foram compreendidos corrimãos de aço inoxidável escovado, réplicas de estátuas clássicas de modelos diversos, lixeiras da Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador) em PVC (Policloreto de Vinila), brinquedos com réplicas de animais e estruturas de recreação multifuncional, a introdução de bancos de madeira com ferro fundido e de concreto, mesas (nos modelos básico e para jogos) e cadeiras brancas de ferro fundido (Salvador, 2002).

O projeto luminotécnico previu a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, além da instalação de diferentes tipos de luminárias e postes. Foi

prevista a introdução de 24 abrigos telefônicos no modelo orelhão com aparelhos da Telebahia TP (Salvador, 2002).

Estão incluídas no projeto as instalações elétricas, de drenagem, hidrossanitárias e o sistema de irrigação. É importante destacar que quiosques de sorveteria e lanchonete foram citados como parte da conexão da instalação hidrossanitária. Isso sugere a previsão da existência desses elementos, mesmo que citados indiretamente, sem um tópico específico (Salvador, 2002).

6.1.1 Demanda funcional do projeto

O projeto atendeu à demanda funcional e ao lazer contemplativo por meio do plantio de diferentes espécies vegetais para o jardim e da restauração de lagos e fontes. Isso se confirma, pois cada espécie possui características próprias que geram impacto visual, artístico e paisagístico. Além disso, a água enriquece a composição, pois o seu reflexo e movimento conferem dinamismo à paisagem (Marx, 2004).

O mobiliário urbano (lixeiras, bancos, pontos de ônibus e postes) compõe a paisagem urbana (Lima, 2001 *apud* Montenegro, 2005). No projeto, a introdução e a manutenção desses elementos visam oferecer suporte complementar ao espaço público para contemplação, lazer e recreação (Montenegro, 2005). Assim, mobílias de uso específico, como mesas de jogos e brinquedos, revelam a intenção de concretizar o lazer social, comunicativo e recreativo (Robba, 2004).

A ampliação da pista de *cooper*, modalidade inspirada no Dr. Kenneth Cooper, visou beneficiar os usuários do espaço. Cooper (1968) fundamentou a importância dos exercícios aeróbicos para a saúde geral, baseada no equilíbrio entre a ingestão e o gasto de oxigênio. Assim, a expansão da pista permitiu que mais pessoas praticassem a corrida simultaneamente, facilitando a adesão a esse exercício.

A importância da preservação e restauração dos elementos artísticos, para além dos já citados (Monumento ao Caboclo), é significativa, pois cumpre a demanda artística na praça (Robba, 2004).

Quanto à introdução de réplicas de estátuas clássicas, embora sua reprodução resulte na falta da “aura” da obra (ou seja, sua autenticidade e unicidade), a ação demonstra um apelo à arte de acesso democrático (acesso irrestrito à população), o que permite a formação do pensamento crítico por meio da arte (Benjamin, 1985).

Na análise do tópico referente à pavimentação, observou-se que a substituição dos pisos das áreas internas e externas da praça por materiais mais resistentes supria a

demanda por circulação. Essa intervenção visava suportar o desgaste gerado pela convergência de pessoas (Robba, 2004).

6.1.2 Demanda ambiental do projeto

Apesar do projeto apresentar uma proposta de plantio de espécies vegetais, é preciso considerar que essa demanda só seria concretizada pela prioridade na manutenção das espécies já existentes, em detrimento da quantidade de espécies introduzidas (Robba, 2004).

Portanto, com base em Robba (2004), a falta de foco na conservação do patrimônio arbóreo consolidado da praça, na qual foi planejada a simples inserção de novos elementos vegetais e de um sistema de irrigação, permanece essencial a manutenção e restauração visando à proteção do acervo que já contribui ativamente para o simbolismo do “Campo Grande”.

6.1.3 Demanda estética-simbólica do projeto

Para além do apelo simbólico da manutenção do monumento principal, amplamente citado por este estudo, o projeto apresenta destaques importantes a serem considerados.

No projeto, foi previsto um gradil desenvolvido em arte contemporânea pelo artista Carybé, que é um objeto alvo de críticas, visto que permite apenas a interação visual, deixando o local sem o uso espontâneo da praça. Assim, a partir de então, a praça apresenta um conjunto de espaços fechados (por um gradil) a atividades opcionais (Gehl, 2013).

Contudo, é preciso reforçar que a ideia do estabelecimento do gradil foi pensada desde antes do primeiro projeto encontrado por esta pesquisa (1997). Em 1995, houve um amplo debate em um processo democrático realizado através de um seminário que contou com a participação de autoridades e da comunidade, visando a um projeto com apoio do povo (Bahia, 1995)

Além de ter sido proposto de forma democrática e concebido para garantir a integridade física da praça e de seus usuários (Salvador, 1997), em 21 de setembro de 2025 (domingo), foi notável a genialidade em realizar uma arte contemporânea no gradil, aplicando uma função artística ao espaço.

Embora o sistema de irrigação exista no projeto, ele difere do sistema de jatos e borrifadores que são utilizados para suprir a demanda estética do espaço em questão (Robba, 2004).

No projeto, houve propostas voltadas à iluminação, incluindo desde a introdução de novos postes até a mudança de lâmpadas. Essa intervenção poderia corresponder tanto à demanda estética, visto haver a valorização dos elementos iluminados, quanto a uma estratégia na prevenção de crimes e na promoção de um espaço mais seguro aos cidadãos (Crowe e Fennelly, 2013; Robba, 2004).

Por fim, foram previstos no projeto novos materiais, como revestimentos em granito e aço escovado, necessários para a demanda estética, especificamente pela modernidade (Robba, 2004).

6.1.4 Demandas complementares do projeto

Para realizar uma análise completa, foi necessário estudar mais demandas, além das principais citadas por Robba (2004).

No projeto, foram previstos quiosques de sorveteria e lanchonete, os quais possuem motivação social. Mesmo que isso possa representar a mercantilização do espaço público e condicionar o uso ao consumo (Lefebvre, 1967), a realidade é que estes surgem mais como uma estratégia para garantir o direito à cidade do que para impedi-lo.

Usando os princípios do CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design), especificamente a vigilância natural e o reforço territorial, o quiosque visa a diminuir delitos ao atuar como catalisador de pessoas e gerador de fluxos. Essa dinâmica gera uma vigilância informal, tornando a praça mais segura e reforçando o controle pelos órgãos públicos (Crowe e Fennelly, 2013). Além disso, o quiosque tornaria o espaço mais funcional e vivo ao oferecer serviços que atendem às necessidades fundamentais, como a alimentação (Gehl, 2013).

Houve também uma preocupação com a introdução de telefones públicos, demanda de uma sociedade anterior à Revolução Digital, ou seja, à Era da Informação, que se caracteriza por uma sociedade em rede, movida por tecnologias da informação e comunicação, a exemplo da internet (Castells, 2005). Sendo assim, esses seriam equipamentos superados e desnecessários ao espaço público atualmente, visto que são desconectados da internet.

6.1.5 Constatação

É perceptível que este projeto concretiza o direito à cidade, estabelecendo-se na lógica de uma intervenção urbanística voltada à produção de um espaço social, sendo compreendido como produto e produtor de relações sociais (Lefebvre, 1967). Essa concretização é evidente nos elementos encontrados no projeto que afirmam, ainda que indiretamente, seus objetivos sociais.

7. Demandas da praça

O período entre o último projeto de intervenção geral, ocorrido em 2002, e o ano desta pesquisa (2025) é significativo, podendo ter gerado mudanças que comprometeram a completude do interesse social constatado naquele projeto. Por isso, torna-se necessário avaliar a presença dos elementos projetados. Da mesma forma, é fundamental a avaliação do estado de conservação dos elementos, especialmente aqueles conectados às demandas contemporâneas propostas por Robba (2004), visto que a qualidade destes é um fator a ser considerado.

É importante destacar que a tipologia e o aprofundamento dos problemas arbóreos pertencem a um campo de conhecimento que destoa do urbanismo. Portanto, a análise subsequente será descritiva.

Dessa forma, nos dias 14 de setembro e 26 de outubro de 2025, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se a ficha de avaliação da praça com base em Robba (2004) (ver Apêndice A).

Por meio da ficha, foi possível identificar modificações após a concretização do projeto urbanístico de 2002 e qualificar o estado de conservação da praça, o que também implica a avaliação da pós-manutenção realizada pela SEMAN (Salvador, 2025):

- a) Pintura de pergolados, bancos, partes do lago e mastros;
- b) Manutenção do piso de granito.

A vegetação da praça é parcialmente delimitada por canteiros de concreto e é composta por árvores, grama e flores em áreas ordenadas, porém assimétricas.

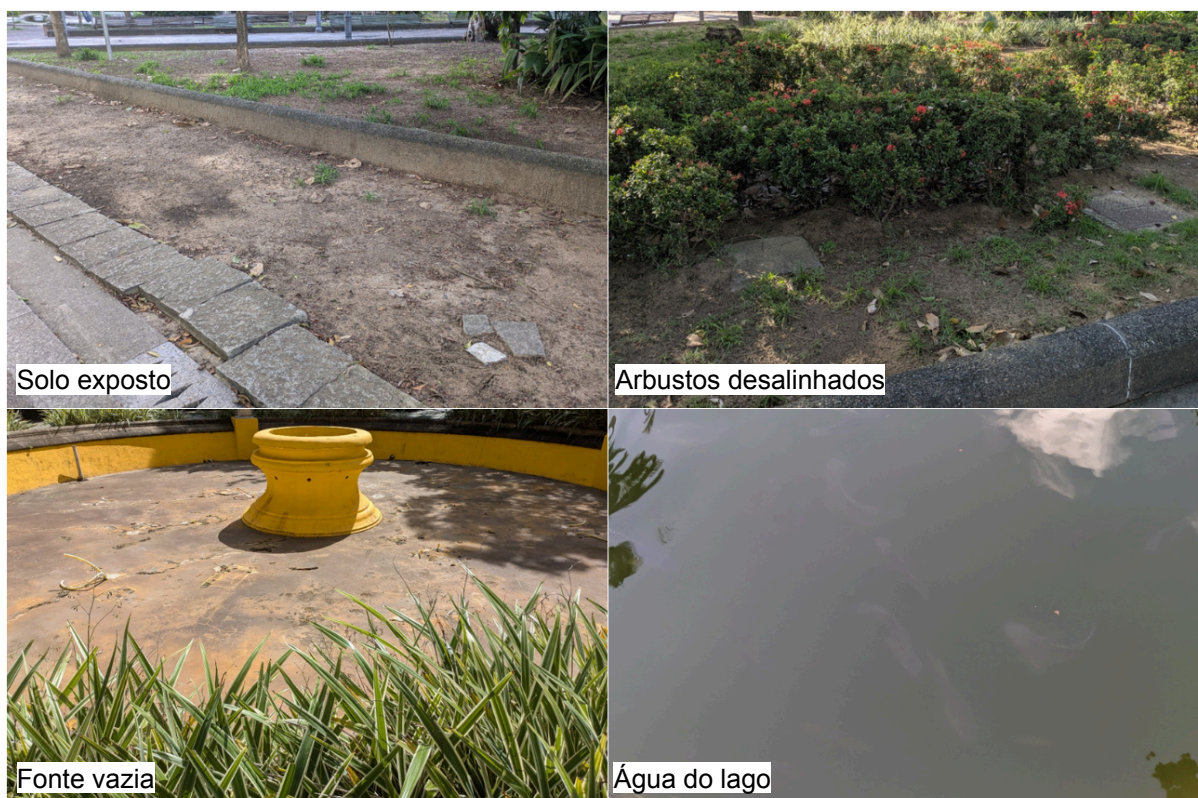
O contorno dos lagos realmente foi pintado pela SEMAN, no entanto, a qualidade da água foi considerada o principal problema dos lagos, sendo necessário um cuidado urgente.

A qualidade de conservação da vegetação é considerada média. Apesar de haver flores, grama aparada e plantas perenes, foram observados problemas como: buracos escavados, árvores cortadas ou com descoloração, solo exposto em algumas áreas e arbustos desalinados (ver Figura 7).

Embora o elemento água exista, sua qualidade geral é baixa: as fontes estão vazias e com a iluminação desativada (dado coletado à noite). Já os lagos ornamentais apresentam água verde-escura e com cheiro desagradável, provavelmente por falta de limpeza.

Além disso, o comportamento dos animais aquáticos é incomum, pois se aproximam muito dos seres humanos. Isso se deve, provavelmente, ao mau hábito dos frequentadores da praça em alimentá-los (ver Figura 7).

Figura 7 - Ilustração dos elementos naturais da praça.



Fonte: Da autora, 2025.

Alguns bancos foram de fato pintados, mas essa ação demonstrou pouco efeito prático para o que realmente necessitava ser realizado pela SEMAN: a substituição completa e/ou a manutenção dos assentos quebrados e desgastados (ver Figura 8). No *playground* infantil, todos os brinquedos em formato de réplicas de animais foram removidos, o que sugere a provável introdução de novos brinquedos.

O principal destaque na área de lazer dedicada aos exercícios físicos foi uma placa localizada logo acima da entrada, que ensina de forma didática a execução de alongamentos (ver Figura 8).

Os frequentadores desenvolvem atividades de lazer principalmente na academia, no *playground* infantil, no anfiteatro e nas áreas de circulação (onde utilizam os bancos ou caminham livremente).

Todos os objetos físicos da academia e do *playground* apresentam ótimo estado de

conservação e estão funcionais (dado obtido ao testá-los), com exceção dos bancos de madeira e ferro fundido. Estes estão integralmente degradados (alguns quebrados e deslocados), o que impacta a avaliação geral, que foi considerada média (em função da utilidade universal que os bancos representam para o uso do espaço) (ver Figura 8).

Figura 8 - Ilustração dos elementos de lazer.



Fonte: Da autora, 2025.

Na praça, existem muitos elementos artísticos, os quais incluem:

- a) Monumento histórico principal: o “Monumento ao Caboclo”, localizado no centro espacial da praça, é composto por ferro fundido, bronze e mármore. Nele, há representações simbólicas em pedestais sobre a história do 2 de Julho.
- b) Desenho contemporâneo: o gradil que contorna a praça apresenta desenhos de elementos tropicais (como flores e coqueiros) esculpido em ferro.
- c) Novos materiais: incluem o aço escovado no corrimão de uma das entradas principais e o revestimento em granito.
- d) Elementos ecléticos: além do Monumento ao Caboclo, há pergolados, postes, fontes, lagos e estátuas que contribuem para a composição eclética do espaço.

O “Monumento ao Caboclo” possui uma placa que exibe uma coroa com cinco torres (simbolizando a cidade como capital). Logo abaixo, há uma frase escrita em latim que, traduzida, significa: “Assim ela (a pomba) retornou à arca”. O desenho da pomba com um ramo de oliveira é uma referência à passagem bíblica na qual um personagem soltou esse pássaro para encontrar terra firme e que, após um tempo, voltou segurando folhas, indicando que havia encontrado onde pousar (Salvador, [s.d.]) (ver Figura 9).

Essa passagem foi utilizada como analogia ao evento em que os portugueses encontraram terra (Salvador) para firmar uma base (Salvador, [s.d.]).

Apesar da quantidade de elementos voltados à demanda estético-simbólica, a qualidade geral destes é considerada baixa.

Embora o gradil e o corrimão estejam em bom estado de conservação, notou-se, no “Monumento ao Caboclo”, a presença de dejetos de pássaros e revestimentos quebrados. Além disso, os pergolados apresentam rachaduras e vidros sujos; a maioria dos postes está quebrada e há falta de limpeza em todas as estátuas (ver Figura 9).

Os pergolados que compõem a estrutura da praça são sustentados por colunas brancas, decoradas com detalhes esculpidos em bronze na parte superior. Essas colunas servem de base para um teto de vidro que permite a passagem da iluminação natural enquanto protege o espaço. Os postes possuem diferentes padrões: alguns apresentam aspecto do século XIX com desenhos florais esculpidos, enquanto outros são totalmente lisos e mais modernos.

Na praça, destacam-se duas fontes tingidas de amarelo, que se encontram emolduradas por vegetação e por estátuas mitológicas brancas. Em complemento ao cenário aquático, os dois lagos ornamentais apresentam um design de formas irregulares. Seus contornos são realçados por um acabamento em branco, enquanto pontes estrategicamente posicionadas em suas extremidades permitem a travessia e oferecem novos ângulos de contemplação.

A ornamentação da praça é composta por diversas estátuas localizadas em áreas de convergência estratégica, como as portas de entrada. O conjunto de esculturas é definido pelo estilo clássico e pelo característico acabamento branco das peças. A montagem de cada monumento segue um padrão técnico, sendo invariavelmente apoiada em pedestais de granito para maior sustentação e destaque visual.

Figura 9 - Ilustração dos elementos artísticos.



Fonte: Da autora, 2025.

À noite, foi perceptível que os postes quebrados afetam a iluminação da praça, sendo este o principal motivo para a sua avaliação ter sido considerada média. Além disso, a pouca iluminação provavelmente explica a pouca presença de pessoas no local à noite, visto que a eficiência da iluminação promove a segurança (Crowe e Fennelly, 2013; Robba, 2004) (ver Figura 10).

Também foram observados elementos pertencentes às demandas contemporâneas que representam problemas, mesmo que possibilitem os usos da praça. Entre eles, destacam-se: a existência de barreiras físicas nos espaços caminháveis (como portões fechados por cadeados em algumas entradas secundárias) e os pavimentos, parte dos quais está quebrada e rachada. Alguns desses pavimentos podem causar acidentes, visto que há desníveis e suas localizações são próximas às entradas e na pista de *cooper* (ver Figura 10).

Quanto à infraestrutura de apoio, os banheiros públicos apresentam desafios por conta do cheiro desagradável que exalam, perceptível mesmo a alguns metros de distância (ver Figura 10).

A pesquisa de campo evidenciou que as mesas e cadeiras brancas foram removidas por motivo ainda desconhecido até a finalização deste trabalho. Quanto aos abrigos telefônicos, estes foram removidos por serem desnecessários diante da revolução digital (Castells, 2005).

Após o projeto, a prefeitura realizou melhorias na praça, como a introdução de um módulo policial. Para a autora, este representou a presença do Estado no espaço (Crowe e Fennelly, 2013), fator que possibilitou o sentimento de segurança para a realização da pesquisa (ver Figura 10).

Figura 10 - Ilustração dos elementos essenciais.



Fonte: Da autora, 2025.

8. Fluxos

No mês de outubro, foi realizada uma pesquisa de campo para melhor compreender a dinâmica dos fluxos na praça e em seu entorno. Para isso, escolheu-se o fluxo da escala humana, ou seja, o próprio movimento das pessoas (Gehl, 2013). Este fluxo, mesmo em pequena escala, conecta-se aos demais tipos (movimentação de mercadorias, capital, informações e energia), visto que é derivado das práticas e decisões dos indivíduos (Santos, 2002).

No dia 26 de outubro de 2025, um domingo sem eventos ou comemorações, foi utilizado um diário de campo para descrever a dinâmica dos fluxos de pessoas na praça. O método escolhido foi o estudo exploratório com observação assistemática, permitindo a análise do cenário sem um roteiro fixo, o que ampliou a compreensão das diversas formas de apropriação do espaço da praça (Rampazzo, 2005).

É importante registrar que, nesse dia, havia instalações de eventos, provavelmente resquícios de alguma celebração anterior. Constatou-se que essas instalações representavam um obstáculo físico à circulação ideal de pessoas nas entradas e na pista de *cooper*, além de comprometerem visualmente a paisagem da praça em questão. Em um cenário de subutilização, tais instalações poderiam inviabilizar o pleno aproveitamento dos potenciais do espaço.

Adicionalmente, considerou-se o impacto da precariedade da composição física geral da praça, visto que essa condição é parte integrante do contexto físico e do ambiente de uso dos frequentadores.

Entretanto, mesmo com os impedimentos citados, a praça demonstrou ser um espaço público com notável resiliência, pois resistiu às adversidades e manteve a apropriação social do espaço pela população (Dicio, [s.d.]).

Havia pessoas sentadas ou deitadas nos bancos sem atividade aparente (apenas descansando); utilizando o celular (pela maioria dos presentes); fazendo refeições informais; brincando no *playground* infantil; observando o movimento, a paisagem ou a natureza; conversando em grupos; correndo ou caminhando; praticando esportes; usando banheiros públicos; brincando livremente na área gramada; descartando lixo nas lixeiras; realizando atividades comerciais (venda de brinquedos, café, pipoca e outros alimentos) e, até mesmo, andando de bicicleta (apesar de a prática ser proibida no local).

É preciso destacar que o uso de bicicletas, mesmo que de forma responsável (como foi observado no dia da pesquisa de campo), é proibido pela Prefeitura. Para

preservar a identidade e o perfil das pessoas observadas, em cumprimento à ética do trabalho e ao objetivo acadêmico, não houve a descrição nem o registro fotográfico dos usuários (Brasil, 2018).

No entorno imediato, nos dias 26 de outubro e 14 de setembro de 2025, observou-se a prática de exercícios físicos (corridas e caminhadas), a condução de animais de estimação, a espera por transporte público ou por aplicativo e, provavelmente, a utilização do local como rota de passagem (apenas circulação). Esta última dinâmica é reforçada pela existência de dois pontos de ônibus em áreas opostas: um na rua Largo do Campo Grande (em frente ao TCA) e outro na Avenida Sete de Setembro (próximo ao Palácio Episcopal).

A quantidade dos fluxos implica a presença de pessoas de outros bairros, cidades e até mesmo países na praça, pressupondo-se que o espaço seja projetado para a interação social (Gehl, 2013). Esta última é confirmada tanto pela análise do projeto urbanístico de 2002 quanto pelo cumprimento das demandas contemporâneas constatadas no estudo de campo.

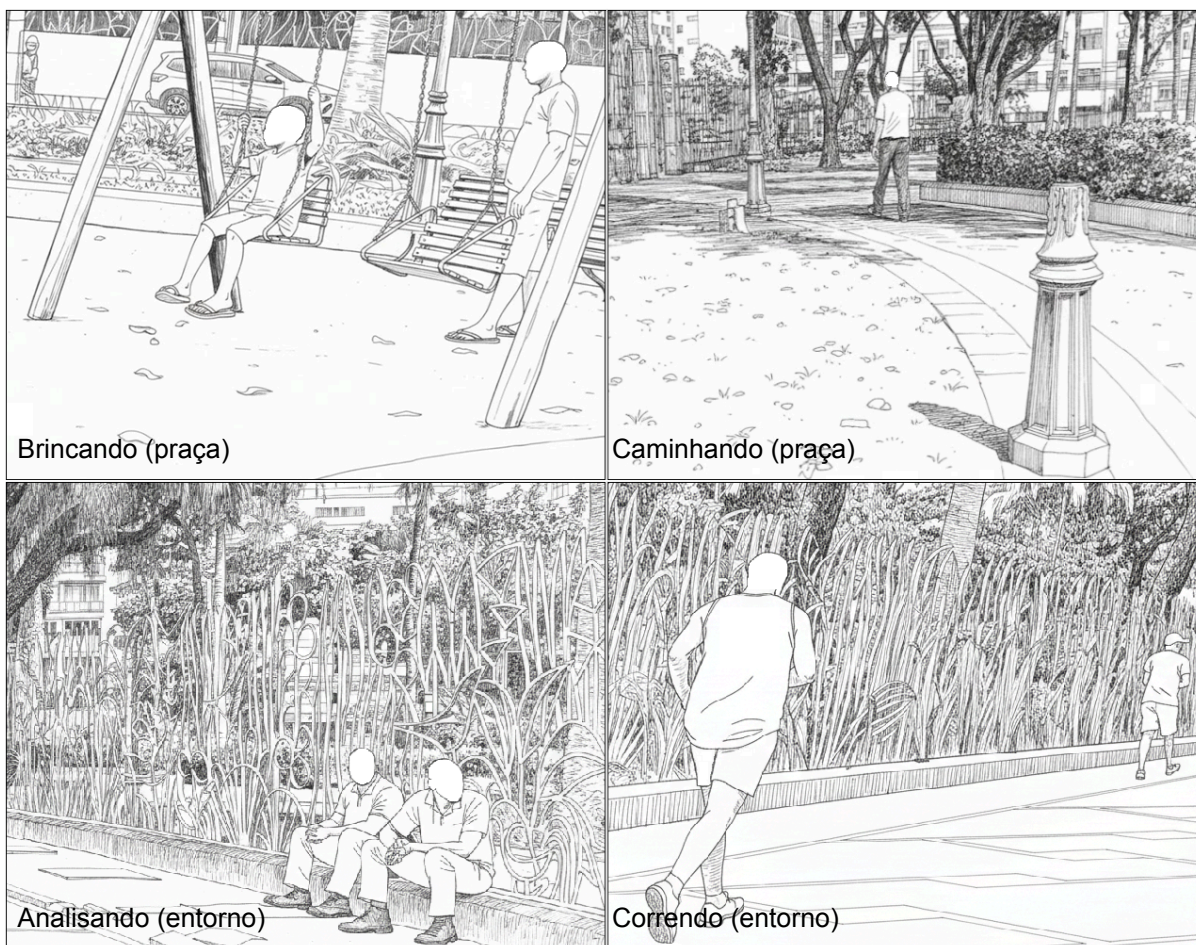
Para evidenciar a existência de públicos de outros locais, a pesquisa analisou um elemento específico da praça que atende a essa demanda, permitindo a coleta de dados de forma anonimizada, em conformidade com os princípios éticos que necessitam da preservação da identidade e do perfil das pessoas analisadas na praça (Brasil, 2018).

Este elemento refere-se à localização estratégica do estacionamento adjacente à praça, o que constitui uma evidência empírica de que seu planejamento considerou dois fatores: primeiro, descongestionar as vias públicas do intenso número de automóveis e similares (Gehl, 2013); e segundo, oferecer um espaço de permanência temporária. Este último fator é derivado, principalmente, do fenômeno da globalização, ou seja, do aumento da mobilidade dos fluxos (pessoas) no espaço (Santos, 2002).

A imagem apresentada abaixo é uma fotocollagem de ilustrações que sintetiza as ações cotidianas mais recorrentes observadas ao longo de 2025. O material foi desenvolvido pela autora a partir de registros fotográficos reais, utilizando aplicativos de edição.

Este procedimento foi necessário para eliminar quaisquer características que pudessem identificar os indivíduos, garantindo, assim, o anonimato (ver Figura 11).

Figura 11 - Ilustração dos fluxos comuns na praça e entorno.



Fonte: Da autora, 2025.

9. Conclusão

A história da Praça Dois de Julho começou no século XIX, quando sua área era um campo nivelado e, ao longo de sua trajetória, com mudanças como a substituição de palacetes pela arquitetura moderna e a consolidação do Monumento ao Caboclo como símbolo de identidade, o local estabeleceu-se como um fixo estruturante da dinâmica social e urbana de seu entorno, constituindo-se como um dos principais palcos cívicos de Salvador (Salvador, 1997).

Diferentemente de um local de passagem comum, a praça constituiu-se como um indutor de fluxos voltados à vida social gratuita. Sua relevância advém da adequação do seu desenho e da complexidade derivada do seu projeto de 2002, que a tornam um local simultaneamente apto à apreciação de turistas (por seu valor histórico-cultural) e à convivência e ao lazer dos cidadãos.

A dinâmica de um espaço público, bem como sua vitalidade e relevância social, manifesta-se e é sustentada pela circulação e pela apropriação dos seus usuários (Gehl, 2013). A pesquisa de campo notou que essa importância transcende o perímetro do seu entorno imediato e mediato.

Esse alcance é justificado pelo cumprimento praticamente total das demandas contemporâneas (funcionais, ambientais e estético-simbólicas) (Robba, 2004), por sua memória coletiva que atribui identidade e sentimento de pertencimento (Halbwachs, 1992; Nora, 1993) e por sua localização estratégica, caracterizada como um nó multifuncional no espaço (Lynch, 1964). Além disso, há a presença do estacionamento adjacente, que facilita a permanência temporária no espaço.

No entanto, como objeto do espaço geográfico inserido no capitalismo, esta melhoria urbana revela, paradoxalmente, um potencial de valorização imobiliária (Santos, 2002). Tal fenômeno, descrito como perverso por induzir uma lógica de lucro, não impediu a permanência de uma diversidade de classes sociais no entorno, o que indica uma resistência local e reafirma a importância da praça em fornecer benefícios tangíveis de qualidade de vida, como lazer e saúde (Robba, 2004).

A captação dos fluxos ocorre pela convergência de rotas, pela presença de serviços adjacentes e pela falta de espaços equivalentes nas proximidades. Dessa forma, a vitalidade da praça é uma construção coletiva, gerada pela constante interconexão que se estabelece entre moradores locais e frequentadores de áreas distantes.

O fluxo de pessoas que a utilizam é o que garante sua existência social, na qual a intensidade da circulação de diferentes grupos sociais reafirma seu papel como nó

multifuncional (Lefebvre, 1967) e local de articulação da vida comunitária. Contudo, apesar desta apropriação, o seu potencial não é plenamente alcançado, pois a degradação física de seus elementos impõe limites estéticos e paisagísticos.

As pesquisas de campo trouxeram à luz um paradoxo na praça: a persistência e a intensidade do uso de seus elementos, mesmo sob baixa qualidade. Observou-se, por exemplo, o uso contínuo de bancos em estado precário, o que não atesta que o estado atual seja suficiente ou aceitável (Gehl, 2013).

Pelo contrário, a indispensabilidade da praça manifesta-se na resistência dos usuários, que demonstram o quão vital o espaço é para suas dinâmicas sociais (Whyte, 1980). Portanto, o uso contínuo se configura como uma demanda social que necessita de manutenção voltada a garantir uma melhor qualidade, ação que é responsabilidade do poder público (Lefebvre, 1967).

Assim, a distância entre o uso constatado (que comprova a demanda) e o uso ideal (que atenderia a todas as necessidades, como a falta de sistema de jatos e borrifadores) aponta para a necessidade de intervenção. A condição atual da praça demonstra que a qualidade do espaço é um requisito fundamental para que a sua vocação multifuncional seja plenamente realizada, transformando o uso existente em uma apropriação do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9.050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**, Associação Brasileira de Normas e Técnicas, Rio de Janeiro, 2020.

BAHIA, Correio da. **ACM inaugura hoje uma das mais belas casas de espetáculos do Brasil**. Caderno 3, p.3, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Cultura/Cultura/T/EATRO%20CASTRO%20ALVES/19930722-2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

BAHIA, Correio da. **Estado e prefeitura promovem revitalização do Campo Grande**. Salvador, Caderno: Aqui Salvador, p.4, 2002. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2002/20021102.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

BAHIA, Correio da. **Largo do Campo Grande vai ser revitalizado**. Salvador, v.44, n.14751, Caderno 24h, p.6, 2023. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/recorte2849c.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

BAHIA, Correio da. **Monumento ao Dois de Julho no Campo Grande é restaurado**. Salvador, v.40, n.13312, Caderno 24h, p.4, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/recorte810c.pdf>. Acesso em: 1 set. 2025.

BAHIA, Correio da. **Prefeitura e estado vão recuperar o Campo Grande**. Salvador, Caderno: Poder, p.3, 2002. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2002/20020319.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

BAHIA, Correio da. **Seminário debate a atual situação do Campo Grande**. p.12, 1995. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1995/19950513-3.pdf. Acesso em: 26 set. 2025.

BAHIA, Governo da. **Complexo Teatro Castro Alves**. Governo da Bahia, [s.d], [s.n.]. Disponível em: <http://www.ba.gov.br/tca/complexo-teatro-castro-alves>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BAHIA, Governo da. **Concha Acústica**. Governo da Bahia, [s.d.], [s.n.]. Disponível em: <http://www.ba.gov.br/tca/iniciativas/concha-acustica>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Projeto de pesquisa sobre evolução histórico-urbana do Pelourinho**. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural. Salvador: [s.n.], 1977. Disponível em:

<http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/CTL-87.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BAHIA, Sistema de informações do Patrimônio Cultural da. **Bens culturais sob salvaguarda no município de Salvador**, [s.d.], IPAC. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/municipio/salvador/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BAHIA, Tribuna da. **Campo Grande terá hoje a sua festa de reinauguração**. Salvador, p.8, 2003. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2003/20031213.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

BAHIA, Tribuna da. **Civismo marca o 2 de julho**. Caderno: Salvador, p.7, 2007. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Festa_Popular_A-Z/DOIS%20DE%20JULHO/20070703.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

BAHIA, Tribuna da. **Monumento mudou história do Campo Grande**. História, Caderno 1, p.10, 1995. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Historia_Monumento_A-L/MONUMENTO%20%20DE%20JULHO/19950701.pdf. Acesso em: 8 set. 2025.

BAHIA, Tribuna da. **Revitalização: prefeitura recupera fontes luminosas de salvador**. Salvador, v.49, n.1529, Caderno: Cidade, p.11, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/recortetb809.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2025.

BARBOSA FILHO, Luiz Carlos; VIERO, Verônica Crestani. **Praças Públicas: origem, conceitos e funções**. Santa Maria: ULBRA, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/52912018/pracas_publicas_origem_conceitos_e_funcoes.pdf. Acesso em: 6 jan. 2025.

BARBOSA, Gilberto. **Feira de Lazer no Campo Grande**. Correio, Salvador, v.46, n.15208, Caderno 24h, p.3, 2025. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/recorte3417c.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: _____. Magia e técnica, arte e política. Editora Brasiliense, 1985. Disponível em: <https://archive.org/details/benjamin-1985-a-obra-de-arte-na-era-de-sua-reprodutibilidade-tecnica-in-obras-es/mode/2up>. Acesso em: 22 set. 2025.

BONFIM, José. **Praças do Campo Grande e Cayru serão reformadas**. Salvador, A Tarde, Caderno: Local, p.5, 2001. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2001/20011007.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

BORJA, Jordi. **La Ciudad Conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, p.22-132, ISBN 84-206-4177-4, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/105688957/19609009.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: lei nº 10.257. Brasília DF, 2001. Disponível em: <https://share.google/Td33KKgQucnpC3FkK>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**, Planalto, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 22 out. 2025.

BRESSAN, Flávio. **O método do estudo de caso**, Researchgate, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Flavio-Bressan-2/publication/376646085_O_ME_TODO_DO_ESTUDO_DE_CASO/links/65820f023c472d2e8e70b91f/O-METODO-D-O-ESTUDO-DE-CASO.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

CAMPOS, Tiago Soares. **Egito Antigo**. Mundo Educação, 201-. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/egito-antigo.htm#:~:text=do%20Egito%20Antigo-.A%20hist%C3%B3ria%20do%20Egito%20Antigo%20ocorreu%20entre%203300%20a.C.%20e,continuidade%20pol%C3%ADtica%2C%20cultural%20e%20militar>. Acesso em: 9 ago. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005. Disponível em: <http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0286.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CONSTITUCIONAL, O. **Exterior**: discurso, Folha Política Litteraria e Commercial (BA), 8 ed. 1855. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=823317&pesq=%22choler%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1324>. Acesso em: 10 nov. 2025.

COOPER, Kenneth Hardy. **Aerobics**. New York, Bantam Books, 1968. Disponível em: <https://archive.org/details/aerobics00coop/mode/2up>. Acesso em: 22 set. 2025.

CROWE, Timothy; FENNELLY, Lawrence J. **Crime prevention through environmental design**. Elsevier, 2013. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=8IZwWSEsrdkC&oi=fnd&pg=PP1&dq=Crime+prevention+through+environmental+design&ots=nAXpydap-3&sig=MRX6cwMLNXuOAmDCQNInc80pliY>. Acesso em: 10 ago. 2025.

DICIO. **Significado de entorno**, Dicionário online de português, [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entorno/>. Acesso em: 8 set. 2025.

DICIO. **Significado de imediato**, Dicionário online de português, [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/imediato/>. Acesso em: 8 set. 2025.

DICIO. **Significado de mediato**, Dicionário online de português, [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mediato/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DICIO. **Significado de resiliência**, Dicionário online de português, [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/resiliencia/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

EINSTEIN. Cólera: **Glossário de saúde do Einstein**, [s.n.], [s.d.], Disponível em: <https://www.einstein.br/n/glossario-de-saude/colera>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FERREIRA JUNIOR, Jair Messias. **Período clássico**. Brasil Escola, 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/grecia-periodo-classico.htm>. Acesso em: 28 ago. 2025.

FREITAS, Jolivaldo. **Um espaço especial perdido na Cidade da Baía**. Tribuna da Bahia, Salvador, Caderno Cidade, p.10, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/recortetb557.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/download/54609119/CIDADES_PARA_PESSOAS_-_Pise_agrama.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

GOFF, Jaques Le. **História e memória**. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, ISBN 85-268-0180-5 20, CDD – 907.2, 1990. Disponível em: https://pesquisahistoricaurca.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/10/le_goff_historiaememoria.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

GOODSELL, Charles T. **The concept of public space and its democratic manifestations**. The American Review of Public Administration, v. 33, n. 4, p. 361-383, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0275074003254469>. Acesso em: 5 jan. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **On collective memory**. The University of Chicago Press, 1992. Disponível em: <https://share.google/mto5OiewWL7xUrBQY>. Acesso em: 15 ago. 2025.

HEALTH, National Institutes of. **Lei nº 1.811 de 29 de julho de 1925**, [s.d.]. Disponível em: <https://share.google/O3yFw7ius1DiXS55l>. Acesso em: 10 nov. 2025.

HELERBROCK, Rafael. **Gravitação Universal**. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/fisica/gravitacao-universal.htm>. Acesso em: 6 out. 2025.

HOJE, Bahia. **Centenário do Campo Grande tem palestra de Cid**. Salvador, Caderno 1, p.4, 1995. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1995/19950513-2.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

HOJE, Bahia. **Centro técnico está entre os melhores do país**. Caderno cidade, p.8, 1994. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Cultura/Cultura/TEATRO%20CASTRO%20ALVES/19940604.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

INDOVINA, Francesco. **O Espaço Público**: tópicos sobre a sua Mudança. 5. ed. Portugal: Cidades, Comunidades e Territórios, p.119-120, ISBN 1645-0639, 2002. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9168/6615>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IPAC. **Governo anuncia tombamentos do Aclamação e do Hotel da Bahia**. Governo da Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.ba.gov.br/ipac/noticias/governo-anuncia-segunda-06-tombamentos-do-aclamacao-e-do-hotel-da-bahia-como-patrimonios-culturais-do-estado>. Acesso em: 11 jul. 2025.

IPHAN. **Bens tombados**. Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126#:~:text=O%20tombamento%20%C3%A9%20o%20instrumento.administra%C3%A7%C3%A3o%20federal%2C%20estadual%20e%20municipal>. Acesso em: 10 ago. 2025.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, ed.3, p.100-108, ISBN 9723109034, 2004. Disponível em: <https://share.google/LtGQ0pwXlj1QBEWuK>. Acesso em: 4 jan. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. L'Homme et la société, v. 6, n. 1, p.29-35, 1967. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1967_num_6_1_1063. Acesso em: 2 jan. 2025.

LLARDENT, Luis Rodriguez Avial. **El sistema de espacios libres en una ciudad y su planeamiento**. Tese de Doutorado. Universidad Politécnica de Madrid, 1980. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=75266>. Acesso em: 2 jan. 2025.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De. **Áreas Verdes Públicas Urbanas**: conceitos, Usos e Funções. 1. ed. Guarapuava: Ambiência, 40-137 p. v. 1. ISBN 1808 - 0251, 2005. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/2996>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. MIT Press, 1964. Disponível em: <https://share.google/0FQwmMJBcC0Bt70pu>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MARKOWITZ, Harry M. **Seleção de portfólio**: diversificação eficiente de investimentos. Yale University Press, 2008. Disponível em: <https://share.google/5nvtc3S3tIEW5PkS>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MARX, Roberto Burle. **Arte e paisagem**: conferências escolhidas. 2 ed, São Paulo, Studio Nobel, ISBN 85-7553-051-8, 2004. Disponível em: <https://share.google/3RNruyJE61hID419p>. Acesso em: 20 set. 2025.

MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **Uma cidade para pessoas**: funcionalidade, racionalidade e emotividade nas relações mobiliário urbano, espaço público e cidadãos. Tese (Doutorado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, f.348, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/12326>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MORESI, Eduardo et al. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v.108, n.24, p.5, 2003. Disponível em: <https://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 2 out. 2025.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de; ANGELIS NETO, Generoso De. **A vegetação e as praças na cidade de Maringá/PR**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, p.1456-1457, ISBN 1415-6814, 2000. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/77379328/2231.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo, 1993. Disponível em: <https://share.google/NKELMCPoJtirpeYfA>. Acesso em: 10 ago. 2025.

PEIXOTO JUNIOR, José Carlos. **Mudança de visual**. Salvador, Caderno: Aqui Salvador, p.1, 1998. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1998/19981015.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

PIPPI, Luis Guilherme Aita; LAUTERT, Alice Rodrigues. **Praças Como Espaços Públicos Relevantes**: aspectos Pertinentes ao Projeto. 1ed, Local: Revista Projetar, p.113, v.4, 2019. Disponível em: <https://share.google/WSSXf3CPW7rWA5TTD>. Acesso em: 4 abr. 2025.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://share.google/3yxV1QHu2ymwpbdzP>. Acesso em: 29 out. 2025.

ROBBA, Fabio. **A praça contemporânea nas grandes capitais brasileiras (1990 a 2004)**: do programa à forma projetual. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-29112024-103830/en.php>. Acesso em: 2 abr. 2025.

ROCHA, Hélio. **Campo Grande é entregue à população já revitalizada**. Salvador, Tribuna da Bahia, Caderno: Salvador, p.11, 2007. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca

[a_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2007/20070602.pdf](#). Acesso em: 2 set. 2025.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia científica**. Faetec/IST. Paracambi, v.2, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/37073780/Metodologia_Cient%C3%ADfica. Acesso em: 2 abr. 2025.

SALVADOR, Câmara Municipal de. **Brasão da Cidade de Salvador**, [s.d.]. Disponível em: <https://share.google/CbDaGG1JsAp7e7zmi>. Acesso em 29 de out. de 2025.

SALVADOR. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador**, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SALVADOR. Prefeitura de. **Decreto 5.674, de 19/07/79**. In: Leis e Decretos 1979, Salvador: PMS, p.375-376, Série Legislação 13, 1983. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/recorteDOM/DOE19790620.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SALVADOR, Prefeitura de. **Mapa SAVAM**, [s.d.]. Disponível em: https://www.cms.ba.gov.br/uploads/pddu/SSA_PDDU_15_MAPA_07_SAVAM.pdf. Acesso em: 10 nov. 2025.

SALVADOR. Prefeitura de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador**: lei nº 9.069. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://share.google/tXqoYLM6NhPYDXWi5>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SALVADOR. Prefeitura de. **Praças do Centro Histórico**: corredor Campo Grande - Sé. Sistema de Transporte Moderno, Salvador, Documento em cópia, s.n, [198-?]. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/CTL-11.pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

SALVADOR. Prefeitura de. **Praça Dois de Julho Campo Grande**: projeto executivo de paisagismo (especificação de serviços e materiais). Fundação Mário Leal Ferreira, Salvador, Documento em cópia, p.177, color, s.n, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/ARQ-202.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

SALVADOR. Prefeitura de. **Projeto executivo de paisagismo da Praça 2 de Julho - Campo Grande**. Fundação Mário Leal Ferreira, Salvador: Spatium Arquitetura, f.68 or. em vegetal. Tam e esc. variam. Anexo, s.n, 1998. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Mapas/CAR-587>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SALVADOR. Prefeitura de. **Projeto executivo de paisagismo da Praça 2 de Julho - Campo Grande**. Fundação Mário Leal Ferreira, Salvador: Spatium Arquitetura, 1997. 2 v. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/CTL-304_v1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

SALVADOR, Prefeitura de. **Revitalização do Campo Grande**. EMTURSA, Salvador, 1995. Disponível em:

<http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/CTL-115.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SALVADOR, Prefeitura de. **Seman promove ações de manutenção para festejos do 2 de Julho**. Secretaria de Manutenção da Cidade (Seman), 2025. Disponível em: <https://comunicacao.salvador.ba.gov.br/seman-promove-acoes-de-manutencao-para-festejos-do-2-de-julho-3/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SANTANA, Cássio. **Iluminação de Natal do Campo Grande tem novas regras de acesso**. A Tarde, Salvador, v.109, n.37.112, Caderno Serviço, p.A6, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/recorte1722t.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002. Disponível em:

https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=JRvh0eбалXoC&oi=fnd&pg=PA7&dq=A+Natureza+do+Espa%C3%A7o&ots=WS8m_UjKZc&sig=oFj-CdmsGFkQZFdQPD0CzMq-M0Q. Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador: estudo de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/doc/83594926/O-Centro-Da-Cidade-de-Salvador>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SIPAC. **Pintura Mural do artista Genaro de Carvalho**. Governo da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/?s=genaro+de+carvalho>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **O Segredo dos Astecas**. História do mundo, 201-. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/asteca/segredo-asteca.htm>. Acesso em: 11 ago. 2024.

SOUZA, André Felix de. **Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re) visão**. Geografares, n. 26, 2018. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/geografares/6725>. Acesso em: 2 abr. 2025.

A TARDE. **Campo Grande ainda não foi recuperado**. Salvador, Caderno: Local, p.5, 2000. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2000/20000406.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

A TARDE. **Campo Grande sofre efeito do descaso**. Salvador, Caderno: Local, p.7, 2000. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca

[a_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2000/20000628.pdf](http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2000/20000628.pdf). Acesso em: 29 ago. 2025.

A TARDE. **Campo Grande tem um acervo rico com 260 árvores exóticas.**

Salvador, Caderno 1, p.4, 1998. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1998/19980823.pdf. Acesso em: 5 ago. 2025.

A TARDE. **Entidade quer recuperar praça do Campo Grande.** Salvador, Caderno 1, p.11, 2000. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2000/20000319.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

A TARDE. **Escuro como a mente dos homens públicos.** Salvador, Caderno 1, p.6, 1991. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1991/19910413.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

A TARDE. **Festa dos 100 anos do Campo Grande.** Salvador, Caderno 2, p.2, Seção: O fato em notícias, 1995. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1995/19950110.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

A TARDE. **Novo TCA faz um ano de sucesso.** Caderno: lazer e informação, p.4. Disponível em:

<http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Cultura/Cultura/TATRO%20CASTRO%20ALVES/19940710.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

A TARDE. **Praça do Campo Grande espera por recuperação.** Salvador, Caderno 1, p.6, 2001. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/2001/20010311.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

A TARDE. **Programa festivo marcará 100 anos no Campo Grande.** Salvador, Caderno 1, p.3, 1994. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1994/19940724.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

A TARDE. **Salvem o Campo Grande.** Salvador, Caderno 1, p.2, 1997. Disponível em:

http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1997/19970429.pdf. Acesso em: 4 ago. 2025.

A TARDE. **Vamos salvar Salvador?**. Salvador, Caderno 1, p.2, Seção: Tempo presente, 1995. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/Hemeroteca/Geral/Area_verde-Praca_A-C/PRACA%20CAMPO%20GRANDE/1995/19950111.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

WHYTE, William Hollingsworth. **The social life of small urban spaces**. Washington, DC: Conservation Foundation, vol. 116, 1980. Disponível em: <https://share.google/9LglmGOaKla7ei309>. Acesso em: 2 nov. 2025.

APÊNDICE

Ficha de avaliação da praça											
<p>a) Vegetação</p> <p>Existe: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Onde:</p> <p>Existem flores: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Existe jardinagem ordenada: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Existe jardinagem simétrica: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Gramma aparada: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Descrição:</p> <p>Qualidade/conservação de modo geral e porque: <input type="checkbox"/> 0 (pouca) <input type="checkbox"/> 5 (média) <input type="checkbox"/> 10 (muita) Descrição:</p>											
<p>b) Água</p> <p>Existe: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Onde:</p> <p>Sistema jatos e borrifadores existe ou está ativado: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Qualidade/conservação de modo geral e porque: <input type="checkbox"/> 0 (pouca) <input type="checkbox"/> 5 (média) <input type="checkbox"/> 10 (muita) Descrição:</p>											
<p>c) Lazer (contemplativo, físico, lúdico e artístico)</p> <p>Existe: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>O que:</p> <table border="0"> <tr> <td><input type="checkbox"/> Quadra</td> <td><input type="checkbox"/> Mesa de jogos</td> <td><input type="checkbox"/> Anfiteatro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> Academia</td> <td><input type="checkbox"/> Playground infantil</td> <td><input type="checkbox"/> Concha acústica</td> </tr> <tr> <td></td> <td><input type="checkbox"/> Bancos</td> <td></td> </tr> </table> <p>Qualidade/conservação de modo geral e porque:</p>			<input type="checkbox"/> Quadra	<input type="checkbox"/> Mesa de jogos	<input type="checkbox"/> Anfiteatro	<input type="checkbox"/> Academia	<input type="checkbox"/> Playground infantil	<input type="checkbox"/> Concha acústica		<input type="checkbox"/> Bancos	
<input type="checkbox"/> Quadra	<input type="checkbox"/> Mesa de jogos	<input type="checkbox"/> Anfiteatro									
<input type="checkbox"/> Academia	<input type="checkbox"/> Playground infantil	<input type="checkbox"/> Concha acústica									
	<input type="checkbox"/> Bancos										

0 (pouca)

5 (média)

10 (muita)

Descrição:

d) Arte

Existe: sim não

O que:

Monumento (s) histórico (s)

qual (is):

Elemento (s) eclético (s)

qual (is):

Desenho (s) contemporâneo (s) e/ou sobre a metrópole

qual (is):

Objeto (s) incomum (ns)

qual (is):

Uso de novo (s) material (is), qual (is):

Aço escovado

Revestimento de cerâmica e/ou granito

Tijolos de vidro

Pórticos

Concreto estampado

Colunas coloridas

Qualidade/conservação de modo geral e porque:

0 (pouca)

5 (média)

10 (muita)

Descrição:

e) Outros

Barreiras físicas nos espaços caminháveis: sim não

O que:

Pisos adequados: sim não

Porque:

Luminotécnica: sim não

Qualidade da iluminação de modo geral e porque:

0 (pouca)

5 (média)

10 (muita)

Descrição: